



FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA GESTÃO SOCIAL

Airton Cardoso Cançado¹
 José Roberto Pereira²
 Fernando Guilherme Tenório³

RESUMO

Este texto apresenta uma aproximação teórica para a Gestão Social, compreendida como um campo em construção. O texto parte de uma revisão do já foi construído em termos de Gestão Social, identificando categorias teóricas que suportem o conceito. A partir destas categorias se apresenta um primeiro esboço, “feito à lápis”, para contribuir para a construção do campo. As categorias teóricas identificadas foram: a) Interesse Bem Compreendido, que abriga duas categorias complementares: a solidariedade e a sustentabilidade; b) Esfera Pública (tratada como uma categoria intermediária), pois constitui o *locus* e condição essencial de seu desenvolvimento, abrangendo outras categorias complementares: Democracia Deliberativa, Dialogicidade, Intersubjetividade e Racionalidade; e c) Emancipação. Estas categorias se inter-relacionam por meio da dialética negativa adorniana.

Palavras-chave: Gestão Social. Esfera Pública. Interesse Bem Compreendido. Emancipação.

THEORETICAL FOUNDATIONS OF THE SOCIAL MANAGEMENT

ABSTRACT

This paper presents a theoretical approach to the Social Management, understood as a field in construction. The text begins with a literature review of what has already built about the concept of Social Management, identifying theoretical categories that support the concept. From these categories we present a first draft, "done in pencil", to contribute to the construction of this field. The identified theoretical categories were: a) Self-Interest Rightly Understood, which has two complementary categories: solidarity and sustainability, b) Public Sphere (treated as an intermediary category), since it is the locus and essential condition of its development, presenting other complementary categories: Deliberative Democracy, Dialogicity, Intersubjectivity and Rationality; and c) Emancipation. These categories are interrelated by means of Adorno's Negative Dialectics.

Key words: Social Management. Public Sphere. Self-Interest Rightly Understood. Emancipation.

¹Doutor em Administração. Universidade Federal do Tocantins.. Endereço: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Universidade Federal do Tocantins, Av. SN 15, ALCNO 14 (109-Norte), Bloco III Sala 33, Cep: 77001-090 Palmas – TO. Brasil. E-mail: airtoncardoso@yahoo.com.br

²Doutor em Sociologia. Universidade Federal de Lavras. Endereço: Universidade Federal de Lavras. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Campus Universitário, Caixa Postal 3037, CEP 37200-000. Lavras/MG. Brasil. E-mail: jrobpereira25@yahoo.com.br

³Doutor em Engenharia de Produção. Escola Brasileira de administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – EBAPE/FGV. Praia de Botafogo, 190 - 4º e 5º andares, CEP 22250-900 Rio de Janeiro/RJ. Brasil. E-mail: tenorio@fgv.br

INTRODUÇÃO

A partir da discussão iniciada no Programa de Estudos em Gestão Social da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – PEGS/EBAPE/FGV em 1990, os estudos sobre Gestão Social vêm se ampliando no país. Diversos centros de pesquisa, geralmente ligados a Escolas de Administração, têm se interessado pela temática. Em 2007 a Rede Brasileira de Pesquisadores em Gestão Social – RGS⁴ realizou o I Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – I ENAPEGS, evento de periodicidade anual desde então. Além disso, diversos cursos (extensão, graduação, especialização e mestrado) têm sido criados no país em torno da temática ao mesmo tempo em que periódicos especializados como o Cadernos de Gestão Social – CGS, a Revista NAU Social e a Revista Administração Pública e Gestão Social – APGS são criados e passam a ser reconhecidos pela comunidade científica.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é apresentar uma aproximação teórica para a Gestão Social no intuito de realizar um esforço de delimitação desse campo. A intenção não é esgotar o assunto e muito menos “cercar” o campo para limitar suas possibilidades de desenvolvimento, como temem Boullosa e Schommer (2008; 2009) e Boullosa (2009). A ideia é realizar uma primeira aproximação teórica no intuito de apresentar categorias teóricas para a fundamentação da Gestão Social enquanto campo do conhecimento científico.

Como justificativa para este trabalho pode-se ressaltar a característica *in progress* da construção da Gestão Social (BOULLOSA, 2009). A Gestão Social ainda não se apresenta como um paradigma, por isso é necessária a construção de um “mapa” que dê significado à Gestão Social (FISCHER, 2002; FISCHER; MELO, 2006), sob pena de banalização do termo (FRANÇA FILHO, 2008). O autor alerta ainda que, em pouco tempo tudo o que não é administração tradicional possa ser caracterizado como Gestão Social.

Este texto se baseou em uma busca na literatura da área por publicações que tratassem especificamente da conceituação de Gestão Social, ou que indicassem Categorias Teóricas para a construção do conceito. Esta busca aconteceu em periódicos (principalmente os da área de Administração, porém, com uma ampla busca no Scientific Electronic Library Online – <www.scielo.org>, sem limitação de data) em eventos (Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – EnANPAD – de 2000 a 2010, Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – ENAPEGS – de 2007 a 2010 e Colóquio Internacional sobre Poder Local – de 1999 a 2009), em Teses e Dissertações do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (de 2000 a 2009) e em livros sobre a temática⁵.

Este texto, além desta introdução está dividido em mais 3 seções. Na primeira se apresentam as Categorias Teóricas para a Gestão Social, na seguinte se discute a aproximação teórica proposta por este texto e por fim, as considerações finais.

⁴ Mais informações no site: www.rgs.wiki.br.

⁵ Esta pesquisa considerou os textos publicados entre 2000 de 2010. No caso de periódicos, na maioria dos casos foi considerado todo o tempo de existência do periódico disponível para consulta até o fim de 2010. No caso de textos publicados em eventos e também em periódicos, considerou-se apenas a publicação mais recente.

CATEGORIAS TEÓRICAS PARA A GESTÃO SOCIAL

A grande maioria dos textos encontrados não trata conceitualmente da Gestão Social, nem fornece Categorias Teóricas que podem ser usadas na construção do conceito. Os trabalhos encontrados que realizam este esforço selecionados estão no Quadro 1, distribuídos pelas Categorias Teóricas que apresentam.

Quadro 1 – Categorias teóricas para a Gestão Social.

Categoria Teórica	Autores/Trabalhos
Democracia Deliberativa	Carrion (2007), Fischer (2002), Fischer <i>et al.</i> (2006), Fischer e Melo (2006), Gondim, Fischer e Melo (2006), França Filho (2008), Junqueira <i>et al.</i> (2009), Maia (2005), Pimentel e Pimentel (2010), Pimentel <i>et al.</i> (2011), Schommer e França Filho (2010), Silva Jr <i>et al.</i> (2008), Tenório (2006; 2008a; 2008b; 2008c), Tenório e Saravia (2006).
Dialogicidade	Schommer e França Filho (2010), Tenório e Saravia (2006), Tenório (2008a; 2008b; 2008c; 2012).
Emancipação	Carrion (2007), Fischer (2002), Fischer <i>et al.</i> (2006), Fischer e Melo (2006), Maia (2005), Schommer e França Filho (2010), Tenório (2008a; 2008b).
Esfera Pública	Boullosa (2009), Boullosa e Schommer (2008; 2009), Carrion (2007), Fischer (2002), Fischer <i>et al.</i> (2006), Gondim, Fischer e Melo (2006), França Filho (2008), Maia (2005), Schommer e França Filho (2010), Tenório (2008b; 2008c).
Interesse Bem Compreendido	Pimentel e Pimentel (2010), Pimentel <i>et al.</i> (2011), Tenório (2012).
Intersubjetividade	Schommer e França Filho (2010), Tenório e Saravia (2006), Tenório (2008b; 2008c; 2012).
Racionalidade	<u>Equilíbrio</u> : Carrion (2007), Schommer e França Filho (2010) <u>Subordinação da lógica instrumental</u> : França Filho (2008), Pimentel e Pimentel (2010), Pimentel <i>et al.</i> (2011) <u>Agir Comunicativo</u> : Tenório (2006; 2008a; 2008b; 2008c).
Solidariedade	Tenório (2008b; 2008c; 2012).
Sustentabilidade	Gondim, Fischer e Melo (2006), França Filho (2008).

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Nessa classificação, em alguns casos os autores não usam exatamente o termo referente à categoria teórica apresentada, mas, no entendimento desta pesquisa, as ideias expressas nos textos caminham em sua direção. No intuito de organizá-las para facilitar a continuidade deste trabalho e o entendimento de sua inter-relação propõe-se um quadro de análise com a seguinte configuração: a) Interesse Bem Compreendido - IBC, que abriga duas categorias complementares: a solidariedade e a sustentabilidade; b) Esfera Pública (tratada como uma categoria intermediária), pois constitui o *locus* e condição essencial de seu desenvolvimento, abrigando outras categorias complementares: Democracia Deliberativa, Dialogicidade, Intersubjetividade e Racionalidade; e c) Emancipação. Portanto, consideramos que a Gestão Social como processo se fundamenta teoricamente em três grandes categorias que se articulam em uma perspectiva dialógica: IBC; Esfera Pública; e Emancipação. A partir daqui as categorias teóricas serão construídas, ao final será discutida sua inter-relação.

INTERESSE BEM COMPREENDIDO, SOLIDARIEDADE E SUSTENTABILIDADE

O Interesse Bem Compreendido – IBC é um conceito discutido por Tocqueville (1998) ao descrever a sociedade norte-americana no Século XIX. O autor parte do contraste entre aristocracia (marcada pela desigualdade natural e a hierarquia) e democracia (marcada pela igualdade, sem hierarquia), condição necessária para o IBC.

O IBC parte da premissa que o bem-estar coletivo é pré-condição para o bem-estar individual, desta forma, ao defender os interesses coletivos, em última instância, o indivíduo está defendendo seus próprios interesses, se afastando da proposição inicial de Adam Smith nos primórdios do capitalismo. Em outras palavras, utilizando a terminologia do autor, “a virtude é útil” (TOCQUEVILLE, 1998).

O IBC reforça a questão da interdependência entre os indivíduos no sentido de perceber a dinâmica da sua própria atuação na esfera pública, não no sentido de ser altruísta ou mesmo assistencialista, mas no sentido de (re)construção coletiva do espaço público com a intenção clara de conseguir o bem-estar coletivo e por consequência o bem-estar individual. São, na verdade, ocasiões onde os indivíduos percebem “[...] que dependem uns dos outros, afastando aquele sentimento egocêntrico e de independência que os induz a confundir liberdade com auto-suficiência privada” (BARBACENA, 2009, p.23).

Neste contexto, as Categorias Teóricas Sustentabilidade e a Solidariedade podem ser consideradas como pano de fundo do IBC. Conforme Gahyva (2006), a solidariedade social pode ser fundada no exercício do auto-interesse esclarecido. Ao considerar o bem-estar coletivo de forma ampla, aparece também a questão da Sustentabilidade como um dos condicionantes deste bem-estar.

A Solidariedade⁶ está ligada à interdependência e à mutualidade de interesses e deveres. Solidariedade denota, também, compromisso com o outro, a coesão social do grupo, enfim. O IBC tem um forte vínculo com a Solidariedade, ambos caminham no sentido da responsabilidade compartilhada pelo coletivo.

O termo “sustentabilidade” tem sido mais utilizado relacionado à preservação do meio ambiente, neste sentido o termo desenvolvimento sustentável parece permear todo o discurso atual (não necessariamente a prática). Ao se tratar de Sustentabilidade enquanto Categoria Teórica está se referindo à sua condição de continuidade latente. Sustentável, no sentido de sustentar “[...] conservar, manter com firmeza, perpetuar [...]” (MICHAELIS, 2014b), inclusive o meio ambiente, mas não só ele. Entende-se que a Sustentabilidade também está imbricada à Solidariedade, no sentido da segunda ser condição da primeira. Segundo Arroyo e Schuch (2006, p.61) “[a] ideia de solidariedade remete a uma ação humana que corresponde à

⁶Solidariedade, segundo Michaelis (2014a, grifo nosso): “Solidariedade [...] 2. Estado ou condição de duas ou mais pessoas que repartem entre si igualmente as responsabilidades de uma ação, empresa ou de um negócio, respondendo todas por uma e cada uma por todas. 3. Mutualidade de interesses e deveres. 4. Laço ou ligação mútua entre duas ou muitas coisas dependentes umas das outras. 5. *Di.* Compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas pelas outras e cada uma delas por todas. 6. *Social* Condição grupal resultante da comunhão de atitudes e sentimentos, de modo a constituir o grupo unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tornar-se ainda mais firme em face da oposição vinda de fora [...]”.

noção elevada de que o melhor para alguém só se obtém de maneira sustentável se for também o melhor para o outro”.

O IBC é o argumento pelo qual o potencial de Solidariedade se realiza em prol da Sustentabilidade, em outras palavras, ao se tratar do bem-estar coletivo (solidário, no sentido estrito do termo) na perspectiva do IBC tem-se como norte a Sustentabilidade.

Tratar-se-á na sequência da Esfera Pública como a segunda grande Categoria Teórica.

ESFERA PÚBLICA: O ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO SOCIAL

Segundo Arendt (2010) a publicização da Administração do lar, de seus problemas e dispositivos organizacionais turvou a “antiga fronteira” entre o privado e o político e também alterou o significado destes termos. Segundo a autora “o que chamamos hoje de privado é a esfera da intimidade” (ARENDR, 2010, p.47). A privatividade moderna é nitidamente oposta ao domínio do social. Essa mudança traz consequências importantes, pois a sociedade, em todos os seus níveis, espera dos indivíduos um comportamento e não uma ação, “[...] impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a ‘normalizar’ os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a excluir a ação espontânea ou a façanha extraordinária” (ARENDR, 2010, p.49).

Com o surgimento da sociedade de massas, o domínio social atingiu seu ápice e passa a controlar todos os membros de determinada comunidade, ela “[...] não apenas destrói o domínio privado tanto quanto o domínio público; priva ainda os homens não só de seu lugar no mundo, mas também do seu lar privado” (ARENDR, 2010, p.72). O domínio social, por meio da padronização do comportamento, conquistou o domínio público. A partir daí, a distinção e a diferença passaram a ser assuntos privados do indivíduo. Antes o domínio público era o espaço onde o indivíduo tinha espaço para sua individualidade (ARENDR, 2010).

O grande aprimoramento da capacidade de trabalho da humanidade, exercido na Esfera Pública, foi acompanhado por uma perda na capacidade do discurso, banido para a esfera íntima do privado, o que também se reflete na percepção sobre o avanço das “[...] ciências físicas, que alteram e controlam a natureza, e as ciências sociais, que ainda não sabem como alterar e controlar a sociedade” (ARENDR, 2010, p.60).

Assim, atualmente o comportamento e não a ação domina a vida do indivíduo (RAMOS, 1981), que por não perceber claramente a possibilidade de uma Esfera Pública na qual possa defender seus interesses, ele o faz na esfera que lhe resta, a esfera privada, o que se pode denotar por individualismo. Na medida em que a intimidade deixa de ocupar o espaço de existência incerta e obscura da esfera privada e passa a ocupar um espaço comum e aceitável entre a sociedade, esta se transforma em esfera pública. Caso contrário, a intimidade fica no nível da subjetividade.

Com o aumento da importância e da influência da burguesia e o desenvolvimento do comércio, inicia-se um processo de mudança estrutural em direção à Esfera Pública Burguesa

(HABERMAS, 2003b). Obviamente o poder instituído resistiu a estas investidas. Antes de se consolidar e de se afirmar, os futuros participantes da esfera pública burguesa eram acusados pelos governantes de discutir sobre o que não entendiam e sobre o que não lhes dizia respeito (HABERMAS, 2003c).

A Esfera Pública Burguesa se desenvolve a partir da defesa dos interesses particulares. A defesa pública de tais interesses abriu espaço para atuação política dessa classe e a colocou em um *status* com um poder normativo perante o Estado, de tal forma a alcançar os seus objetivos.

Com o desenvolvimento da Esfera Pública Burguesa e à medida que o setor público se imbrica com o setor privado, criando um setor intermediário ou uma “esfera social repolitizada”, o modelo da Esfera Pública Burguesa se torna inútil, pois deixa de ser necessária a intermediação entre Estado e Sociedade por meio do setor privado.

No contexto da Gestão Social, busca-se uma nova Esfera Pública que consiga aproximar novamente a população da política. Para que a Gestão Social aconteça efetivamente é necessário um espaço onde, novamente (mas com diferentes intenções), as pessoas privadas se encontrem em um espaço público a fim deliberarem sobre suas necessidades e futuro. A Gestão Social se desenvolve à medida que se desenvolve a Esfera Pública nesse sentido.

A Esfera Pública com condições de abrigar a Gestão Social deve abarcar as seguintes Categorias Teóricas: Democracia Deliberativa, Dialogicidade, Intersubjetividade e Racionalidade.

Democracia deliberativa: a tomada de decisão na Gestão Social

Da democracia grega (democracia de poucos), passando pela democracia do início do século XX (democracia de homens), até a chamada democracia moderna, do fim do século XX (sufrágio universal), pode-se constatar que o direito ao voto, essencial à democracia, vem se tornando mais amplo. Atualmente, não se admite chamar uma sociedade de democrática se o direito ao voto não for estendido a todos os adultos capazes (democracia poliárquica) (DAHL, 2001). Por outro lado, Tocqueville (1998), analisando a experiência da democracia americana do século XIX, alerta para o fato de que o sufrágio universal não garante a excelência das leis, apesar de trazer outros benefícios.

A democracia estabelece direitos e deveres ao indivíduo, pois ele tem o dever de participar. Por outro lado, o indivíduo tem o direito de participar, segundo Dahl (2001) pela igualdade de voto e inclusão de adultos e, segundo Touraine (1996), pela representatividade. Talvez um dos grandes problemas da democracia moderna seja o entendimento dos deveres em relação a ela, pois a democracia não acontece apenas por existirem espaços democráticos (direito de participar), ela acontece quando esta participação se efetiva (dever de participar).

Existe, ainda, outro problema relacionado à questão da participação, a qualidade desta participação. Dahl (2001) acredita que não é provável que exista uma sociedade onde todos

tenham as mesmas possibilidades de participar, adquirir informação para compreender as questões envolvidas e influenciar as decisões.

Aristóteles (2005) argumenta que a multidão, ao contrário do indivíduo é incorruptível e tem menos possibilidade de ter seu julgamento alterado por eventualidades. Porém, segundo Dahl (2001, p.125), “quanto mais cidadãos uma unidade democrática contém, menos estes cidadãos podem participar diretamente das decisões do governo e mais eles têm de delegar a outros esta autoridade”. Assim, o tamanho da população de uma sociedade é que definirá se vai ser adotada uma democracia representativa ou uma democracia deliberativa. As ferramentas de tecnologia da informação, como sugere Rouillard (1999), podem amenizar essa situação e permitir uma participação mais ampla.

A democracia deliberativa enfatiza “[...] o valor dos procedimentos cívicos e dialógicos capazes de gerar consensos ‘racionais’ para a tomada de decisões [...]” superando o antagonismo entre participação e representação (NOGUEIRA, 2011, p.125).

A Democracia Deliberativa seria, então, a forma de tomada de decisão dentro desta Esfera Pública na qual acontece a Gestão Social, porém, são necessárias outras Categorias Teóricas para a construção de seu escopo.

Racionalidade: a ação racional substantiva

Para que a Esfera Pública se (re)configure é necessária uma racionalidade compatível com o IBC e a Democracia Deliberativa. Os autores que tratam desta Categoria Teórica podem ser divididos em três linhas: equilíbrio entre as racionalidades; subordinação da lógica instrumental e agir comunicativo.

Na primeira linha, os autores propõem que exista um equilíbrio entre racionalidades. Segundo Carrion (2007), a dimensão econômica deve estar integrada/ equilibrada com as demais, possibilitando o desenvolvimento tanto do capital quanto das potencialidades humanas, pois a Gestão Social apresenta um novo projeto de sociedade/nação, baseado na cooperação e capaz de enfrentar a exclusão como processo. Schommer e França Filho (2010) complementam com o argumento de que a Gestão Social compreende, simultânea e indissociavelmente, ação e reflexão, subjetividade e objetividade, criatividade e instrumentalização.

A segunda linha defende que a lógica instrumental (racionalidade utilitária) deve ser subordinada a outras lógicas. Para França Filho (2008) deve-se subordinar as lógicas instrumentais a outras lógicas sociais, políticas, culturais ou ecológicas. Pimentel e Pimentel (2010) acreditam que a Gestão Social deve subordinar a lógica instrumental a um processo decisório deliberativo e Pimentel *et al.* (2011) acrescentam que esta subordinação deve pautar-se na racionalidade substantiva (RAMOS, 1981). Schommer e França Filho (2006) mostram a importância de se atender às demandas da população para além da dimensão econômica.

A terceira linha apresenta o agir comunicativo de Habermas como a Racionalidade inerente à Gestão Social. Esta linha é representada por Tenório (2006; 2008a; 2008b; 2008c). Segundo Tenório (2006; 2008c) a Gestão Social é determinada pela Solidariedade, portanto é um processo de gestão que deve primar pela concordância, onde o outro deve ser incluído e a cooperação o seu motivo. A racionalidade comunicativa apresenta elementos conceituais democratizadores das relações na sociedade, nos quais a linguagem (Intersubjetividade) é o caminho para o entendimento (TENÓRIO, 2008a; 2008c).

O fator de convergência entre as três linhas é a denúncia da hegemonia da racionalidade utilitária (RAMOS, 1981; TENÓRIO, 2008a; 2008c) como fator limitante ao desenvolvimento e emancipação do homem.

Segundo Ramos (1981) a sociedade moderna tem, na racionalidade utilitária e na centralização no mercado, as bases para orientação tanto das ciências sociais quanto da vida humana em geral. Esse contexto leva a razão substantiva ao segundo plano, “solapando” as questões éticas, trazendo, assim, limitações ao bem-estar e satisfação do ser humano.

A racionalidade substantiva apresenta ao ser humano a possibilidade de conduzir sua vida em bases éticas, potencializando o debate racional. O equilíbrio entre satisfação social e satisfação pessoal promove o desejo da capacidade humana de auto-realização, auto-desenvolvimento e emancipação (RAMOS, 1981).

O agir comunicativo, por sua vez, busca a orientação para o entendimento mútuo enquanto mecanismo de coordenação das ações, no qual os indivíduos encontram-se em situação de ação e/ou de fala em um contexto de mundo da vida, buscando também o entendimento mútuo entre o mundo da vida e o mundo por meio de pretensões de validade em diferentes perspectivas de mundo. Em outras palavras, na interação entre os indivíduos busca-se a coordenação das ações por meio do entendimento para atingir objetivos comuns em determinado contexto (HABERMAS, 2003a).

Serva (1997) aproxima a racionalidade substantiva de Guerreiro Ramos e da teoria da ação comunicativa da Habermas, pois “as duas teorias, além de terem como ponto de partida a emancipação do ser humano face aos constrangimentos da autorrealização impostos pela sociedade contemporânea, constituem um caso flagrante de complementaridade [...]” (SERVA, 1997, p.22), apresentando a **Ação Racional Substantiva** que pode ser definida como

[...] a ação orientada para duas dimensões: que na dimensão individual se refere à autorealização, compreendida como concretização de potencialidades e satisfação; na dimensão grupal que se refere ao entendimento, nas direções da responsabilidade e satisfação pessoais (SERVA, 1997, p.22).

Na Esfera Pública mediada pela Gestão Social, o processo decisório é baseado na Democracia Deliberativa que tem a Ação Racional Substantiva como sua orientação de ação.

A seguir, apresentam-se a Dialogicidade e a Intersubjetividade por se entender que são Categorias Teóricas complementares.

Dialogicidade e intersubjetividade na redefinição da esfera pública

Como Dialogicidade, entende-se, neste trabalho, o próprio diálogo no sentido amplo, onde todos falam, ouvem e consideram o que os outros dizem. Nesse sentido, pode-se classificar a Dialogicidade como a capacidade de se comunicar e, por consequência, se entender com outras pessoas.

A Intersubjetividade, por sua vez, complementa a Dialogicidade. Enquanto a segunda é o diálogo a primeira é a compreensão deste diálogo. Em outras palavras, a Intersubjetividade é a capacidade dos indivíduos de entender a subjetividade do outro por meio da comunicação entre eles, entender o que se está e como está sendo dito. A Intersubjetividade não está relacionada apenas ao conhecimento da língua e dos símbolos utilizados para a comunicação, mas também do contexto no qual esta comunicação acontece, na percepção, também, do “não dito”.

Para Habermas (2003b, p.85) a linguagem comum, ao contrário que possa se pensar, pode conduzir o agir orientado pelo entendimento, “[...] através do qual o mundo da vida se reproduz e os próprios componentes do mundo da vida se entrelaçam entre si”.

A Dialogicidade só acontece se houver Intersubjetividade, para compreender e participar do diálogo é necessário estar familiarizado com suas regras, estruturas e contexto, em outras palavras, a Intersubjetividade é condição para a Dialogicidade.

Conclui-se a relação entre as categorias teóricas que integram a Esfera Pública. Na próxima seção apresentaremos a categoria teórica Emancipação.

EMANCIPAÇÃO

Neste trabalho entende-se Emancipação como “livrar-se da tutela de alguém”, “libertar-se” (MICHAELIS, 2014c), buscar autonomia. Segundo Chauí (2011, p.304, grifo nosso) “autonomia, do grego *autós* (si mesmo) e *nomós* (lei, regra, norma), é a capacidade interna para dar-se a si mesmo sua própria lei ou regra e, nessa posição da lei-regra, pôr-se a si mesmo como *sujeito*”.

A Emancipação enquanto Categoria Teórica da Gestão Social está inscrita na tradição marxista e na teoria crítica (Escola de Frankfurt), no sentido de ser a libertação de uma dominação opressora, baseada nas relações de produção e reprodução da vida. Emancipação é a ruptura com a subalternidade e a recusa à manipulação (NOGUEIRA, 2011).

Por um lado, parte-se da consideração de que a razão utilitária, hegemônica no mundo capitalista ocidental é uma barreira para a emancipação (MARX; ENGELS, 2004; RAMOS, 1981; TRAGTENBERG, 2005). Neste sentido, Santos (2010, p.241), afirma que “[...] o período do capitalismo liberal é aquele em que se manifesta de forma brutal a liquidação do potencial emancipatório da modernidade”. Contudo, Marcuse (1979, p.17) considera que “o

fato de a grande maioria da população aceitar e ser levada a aceitar essa sociedade não a torna menos irracional e menos repreensível”.

Por outro lado, “não é realista a ideia segundo a qual todo comportamento social é concebido como agir estratégico, podendo ser explicado como o resultado de um cálculo egocêntrico de possíveis vantagens” (HABERMAS, 2003b, p.66).

Muitas vezes pode-se ter a sensação de que não há o que fazer em relação a uma realidade dada, pela sua própria força e onipresença. Porém, a Teoria Crítica pensa de maneira diferente, pois “se o pensamento não se limita a registrar e classificar as categorias da forma mais neutra possível, isto é, se não se restringe às categorias indispensáveis, à *práxis* da vida nas formas dadas, surge imediatamente uma resistência” (HORKHEIMER, 1991, p.61), tanto dos acomodados que não querem sair desta condição, quanto dos dominantes que se sentem ameaçados. Este fenômeno é descrito por Marcuse (1979) em seu texto “Homem Unidimensional”, cujo significado é “aquele que perdeu a noção das contradições”.

Para Marcuse (1979, p.28), “toda libertação depende da consciência de servidão [...]”. A libertação não pode ocorrer de forma individual (PAES-DE-PAULA, 2008), a união e a solidariedade são condições para se emancipar (MARX; ENGELS, 2004). Porém, “antes de emancipar os outros precisamos nos emancipar” (MARX, 2005). De toda forma, a Emancipação não vem de fora, deve ser conquistada (MARX, 2005; MARX; ENGELS, 2004). No mesmo sentido, Habermas (2003b) argumenta que a emancipação pode se formar na sequência de processos de democratização, mas não pode ser produzida por meio de intervenções exteriores.

O homem se emancipa quando se percebe enquanto indivíduo, com suas potencialidades individuais (*forces propres*) como motor das forças sociais, por fim, quando se percebe como ser político (MARX, 2005).

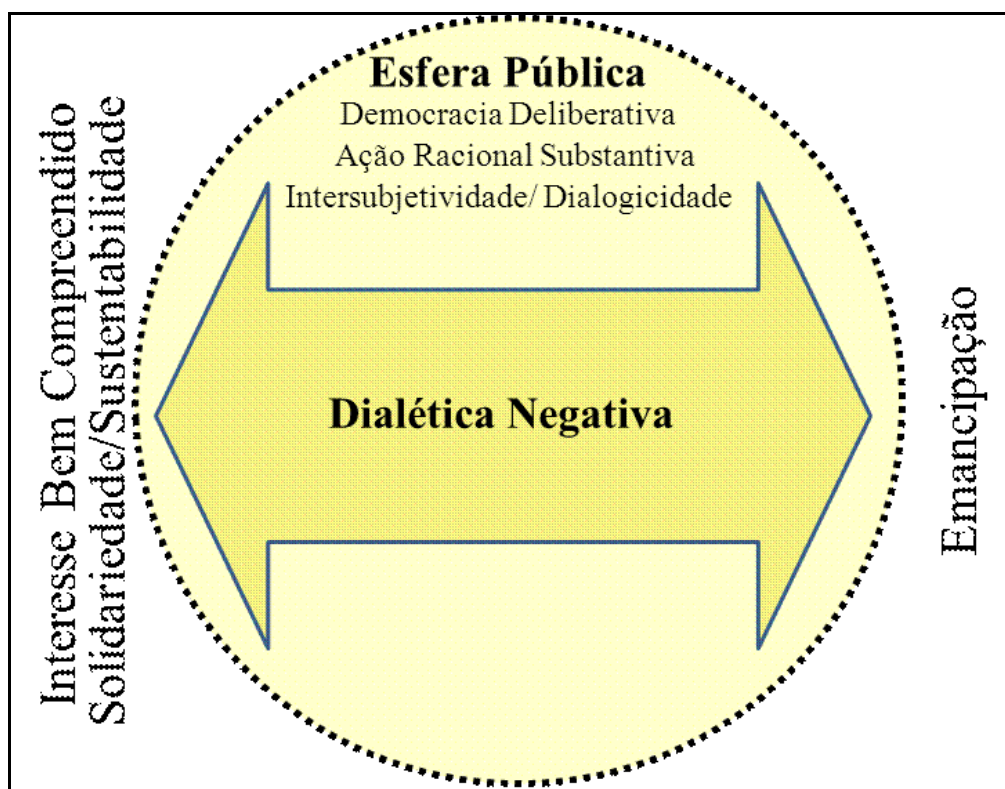
A Emancipação, por sua vez, se presta também a reforçar a percepção do IBC. Ao se libertar, escapando da manipulação, o ser humano pode passar a ter mais claro para si que ele vive em comunidade, as questões referentes à Solidariedade e Sustentabilidade podem se tornar óbvias, de certa forma.

Em seguida apresenta-se a aproximação teórica para contribuir com a construção dos fundamentos teóricos da Gestão Social.

UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA PARA A GESTÃO SOCIAL

Não se pretende aqui engessar o campo nem adotar uma postura prescritiva. Esta proposta tem um caráter inicial e é uma “delimitação feita a lápis”, no sentido de ser o início de um debate que pode redesenhá-la, à medida que avançarem as discussões, quantas vezes forem necessárias.

Figura 1 – Aproximação teórica para a Gestão Social.



Fonte: Elaboração Própria

Uma característica intrínseca à esta aproximação teórica é sua dialeticidade. Segundo Konder (2006, p.8), “na acepção moderna [...] dialética [...] é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”. Percebe-se que a Gestão Social, conforme apresentada, caminha na contra-mão (na contradição) do sistema hegemônico, e, ainda, que pode ter potencial latente de mudança de percepção de mundo.

Porém, sugere-se, ainda, na linha de Tenório (2012), que esta dialética está inserida na perspectiva da Dialética Negativa, proposta por Adorno (2009).

A dialética negativa é um esforço permanente para evitar falsas sínteses e desconfiar das propostas definitivas para a solução de problemas, rejeitando toda visão sistêmica e totalizante da sociedade. Dessa forma, a dialética negativa nunca se conforma ao *status quo*, representando um esforço permanente de superar a realidade cotidiana rotinizada; é um movimento permanente da razão no sentido de resgatar do passado as dimensões reprimidas e não concretizadas no presente, transferindo-as para um futuro no qual as limitações do presente não mais existam. Dessa forma, na dialética adorniana, o conceito de teoria refere-se a um futuro melhor, remetendo-se à dimensão prática (PAES-DE-PAULA, 2008, p.7-8).

Assim, ao apresentar esta aproximação teórica para contribuir com a construção dos fundamentos teóricos da Gestão Social, tem-se o contraditório como ponto de partida: gestão estratégica *versus* Gestão Social.

Na lógica dialética, o conceito é um momento quanto outro qualquer. Nele, sua mediação pelo não-conceitual sobrevive graças ao seu significado, que fundamenta, por seu lado, o seu ser-conceito. O conceito é caracterizado por sua relação com o não-conceito – assim como, finalmente, segundo a teoria do conhecimento tradicional, toda e qualquer definição dos conceitos carece de momentos não conceituais, dêiticos – tanto quanto, em contrapartida, por se distanciar do ôntico como unidade abstrata dos *onta* compreendidos nele. Alterar esta conceptualidade, voltá-la para o não idêntico, é a charneira da dialética negativa (ADORNO, 2009, p.19).

Ainda segundo Adorno (2009, p.302), “se a dialética negativa reclama a autorreflexão do pensamento, então isso implica manifestação que o pensamento também precisa, para ser verdadeiro, hoje em todo caso, pensar contra si mesmo”.

Classifica-se, assim, a presente proposta como de caráter inicial que tem o intuito de fornecer uma contribuição para a construção dos fundamentos teóricos da Gestão Social, que não tem pretensão de síntese (dialética negativa), mas que faz uma delimitação conceitual da Gestão Social, que, por si mesma, exige um momento não-conceitual para se compreender enquanto proposta. Nestes termos, a Gestão Social pode ser definida como um processo dialético de organização social próprio de uma esfera pública democrática, intersubjetiva e dialógica, guiada pela ação racional substantiva, a partir da relação entre interesse bem compreendido e emancipação. Ou em outros termos, um processo de tomada de decisão coletiva, não hierárquico, baseado na democracia e no interesse coletivo dos participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do campo da Gestão Social é um empreendimento que se apresenta como urgente no atual contexto de seu desenvolvimento. Pensar em um modo de gestão antitético à gestão estratégica (ou tradicional) não é uma tarefa fácil dada a sua hegemonia na academia. Na verdade, desde que a Administração deu seus primeiros passos, esta concepção vem sendo construída e reconstruída a partir do chamado taylorismo e suas variações.

Essa primeira aproximação teórica para a Gestão Social, “feita a lápis” pretende contribuir na construção do campo de forma propositiva para o debate da área em torno da construção do campo.

Para futuras pesquisas, seria bastante proveitosa a sugestão de novas categorias, outra proposta de relação entre as apresentadas, ou ainda a contestação de alguma delas. Nesse sentido pode se avançar aprimorando esta aproximação teórica por meio de novas contribuições e outros olhares. Outra possibilidade de pesquisa que se apresenta é buscar na prática organizacional estas características, de modo a contribuir com a proposta apresentada.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Dialética negativa**. Tradução: Marco Antonio Casanova; revisão técnica: Eduardo Soares Neves Silva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, 408p.

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala Educacional, 2005. (Série Filosofar)

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária**: alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Perseu Abramo, 2006. (Coleção Brasil Urgente)

BARBACENA, Juliana Martins. Ação Popular e participação política: um diálogo com a teoria democrática de Aléxis de Tocqueville. **Revista Urutágua**, n. 17, p.18-28, dez. 2008/ mar. 2009.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Contribuições conceituais e metodológicas para a avaliação de processos e práticas de Gestão Social a partir das perspectivas da *policy analysis* e da abordagem social da aprendizagem. In Colóquio Internacional sobre Poder Local, 11, 2009, Salvador. **Anais...**, Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 1 CD ROM.

_____; SCHOMMER, Paula Chies. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da Gestão Social? In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 32, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD ROM.

_____; _____. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de lampedusa? In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 3, 2009, Juazeiro/Petrolina. **Anais...**, Juazeiro/Petrolina: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD ROM.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARRION, Rosinha Machado. Gestão social: especificidades e práticas em discussão. In: SILVA, Junquillo Gelson et al. (Orgs.). **Tecnologias de gestão**: por uma abordagem multidisciplinar. Vitória: EDUFES, 2007. v. 2.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FISCHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – uma introdução a uma agenda. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002, p.12-32.

_____; MELO, Vanessa Paternostro. Programa de desenvolvimento e Gestão Social: uma construção coletiva. In: FISCHER, Tânia; ROESCH, Sylvia; MELO, Vanessa Paternostro.

Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006, p.13-41.

_____ et al. Perfis visíveis na Gestão Social do desenvolvimento. **Revista Administração Pública**, v. 40, n. 5, p.789-808, out. 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Definido Gestão Social. In: SILVA JUNIOR, Jeová Torres; MÁISH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso. **Gestão social:** práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

GAHYVA, Helga. Tocqueville e Gobineau no mundo dos iguais. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 3, p.553-582, 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/218/21849305.pdf>>. Acesso em 10 set. 2011.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; FISCHER, Tânia; MELO, Vanessa Paternostro. Formação em Gestão Social: Um olhar crítico sobre uma experiência de pós-graduação. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 30, 2006, Salvador. **Anais...**, Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD ROM.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003c. (Biblioteca Tempo Universitário, 84: Estudos Alemães).

_____. **Direito e democracia:** entre a facticidade e a validade. 2. ed. Tradução Fábio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a, v. 2 (Biblioteca Tempo Universitário, 102)

_____. **Mudança estrutural na esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b. (Biblioteca Tempo Universitário, 76)

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Textos escolhidos**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores; 16)

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates et al. Parcerias e redes sociais: a busca pela Gestão Social eficaz - um estudo de caso. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 3, 2009, Juazeiro/Petrolina. **Anais...**, Juazeiro/Petrolina: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD ROM.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. 8. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 23)

MAIA, Marilene. Gestão social: reconhecendo e construindo referenciais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, a. 4, n. 4, dez. 2005.

MARCUSE, Hebert. **A ideologia da sociedade industrial:** o homem unidimensional. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARX, Karl. **A questão judaica**. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2005.

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MICHAELIS: MODERNO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Emancipar**. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=emancipar>>. Acesso em 13 jan. 2014c.

_____. _____. **Solidariedade**. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=solidariedade>>. Acesso em 13 jan. 2014a.

_____. _____. **Sustentar**. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/sustentar%20_1050275.html>. Acesso em 13 jan. 2014b.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAES-DE-PAULA, Ana Paula. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008. (Coleção Debates em Administração)

PIMENTEL, Mariana Pereira Chaves; PIMENTEL, Thiago Duarte. Gestão Social: Perspectivas, Princípios e (De)Limitações. *In: Encontro de Estudos Organizacionais - EnEO*, 6, 2010, Florianópolis. **Anais....** Florianópolis: ANPAD, 2010. 1 CD ROM.

PIMENTEL, Thiago Duarte et al.. Governança territorial como estratégia de gestão social do desenvolvimento *In: FERREIRA, Marco Aurélio Marques; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; GAVA, Rodrigo (Org.). Administração pública, Gestão Social e economia solidária: avanços e desafios*. Viçosa: UFV, 2011.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Tradução de Mary Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981.

ROUILLARD, Lucie Technology and simulation: for a participative democracy in the Era of New Public Management. **International Review of Administrative Sciences**. v. 65, n.3, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHOMMER, Paula Chies; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA**, Salvador, v.1, n.1, p.203-226, jun./nov. 2010.

SERVA, Maurício. A racionalidade Substantiva Demonstrada na Prática Administrativa. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 37, n. 2, abr./jun. 1997.

SILVA JUNIOR, Jeová Torres et al. Introdução. In: SILVA JR, Jeová Torres; MÁISH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies. **Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o conceito de Gestão Social. In: SILVA JUNIOR, Jeová Torres et al. **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008c.

_____. A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs). **Revista Administração Pública**, v.40, n.6, dez., 2006.

_____. Gestão social, um conceito não-idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento In CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; SILVA JUNIOR, Jeová Torres (Orgs.). **Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.

_____. **Tem razão a administração?** 3. ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008a.

_____. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado**. 3. ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008b.

_____; SARAVIA, Henrique J. Escorços sobre gestão pública e Gestão Social. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna. **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América**. Traduzido por José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. (Biblioteca do Exército; 699. Coleção General Benício; v. 341).

TOURRAINE, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. 3. ed. rev. São Paulo: UNESP, 2005. (Coleção Maurício Tragtenberg)

Artigo recebido em: 27/08/2014

Artigo aprovado em: 17/10/2014

FUNDAMENTOS DE LA GESTIÓN SOCIAL: UNA APROXIMACIÓN TEÓRICA

Airton Cardoso Cançado⁷
José Roberto Pereira⁸
Fernando Guilherme Tenório⁹

RESUMEN

Este texto presenta una aproximación teórica para la Gestión Social, comprendida como un campo en construcción. El texto parte de una revisión de lo que ya se ha construido en términos de Gestión Social, identificando categorías teóricas que le den soporte al concepto. A partir de estas categorías, se presenta un primer borrador, “hecho con lápiz de grafito”, para contribuir para la construcción del campo. Las categorías teóricas identificadas fueron: a) Interés Bien Comprendido, que alberga dos categorías complementarias: la Solidaridad y la Sostenibilidad; b) Esfera Pública (tratada como una categoría intermedia), pues constituye el *locus* y condición esencial de su desarrollo, albergando otras categorías complementarias: Democracia Deliberativa, Dialogicidad, Intersubjetividad y Racionalidad; y c) Emancipación. Estas categorías se interrelacionan mediante la dialéctica negativa adorniana.

Palabras clave: Gestión Social. Aproximación Teórica. Esfera Pública. Interés Bien Comprendido. Emancipación.

INTRODUCCIÓN

A partir de la discusión iniciada en el Programa de Estudios en Gestión Social de la Escuela Brasileña de Administración Pública y de Empresas de la Fundación Getúlio Vargas – PEGS/EBAPE/FGV en 1990, los estudios sobre Gestión Social se han ampliado en el país. Diversos centros de investigación, generalmente relacionados a Escuelas de Administración, se interesan por la temática. En 2007, la Red Brasileña de Investigadores en Gestión Social - RGS¹⁰ realizó el I Encuentro Nacional de Investigadores en Gestión Social – I ENAPEGS, evento de periodicidad anual desde aquel entonces. Más allá de esto, diversas carreras (extensión, grado, especialización y maestría) han sido creadas en el país alrededor de la temática al mismo tiempo en que se crean periódicos especializados como el Cuadernos de

⁷Doutor em Administração. Universidade Federal do Tocantins.. Endereço: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Universidade Federal do Tocantins, Av. SN 15, ALCNO 14 (109-Norte), Bloco III Sala 33, Cep: 77001-090 Palmas – TO. Brasil. E-mail: airtoncardoso@yahoo.com.br.

⁸Doutor em Sociologia. Universidade Federal de Lavras. Endereço: Universidade Federal de Lavras. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Campus Universitário, Caixa Postal 3037, CEP 37200-000. Lavras/MG. Brasil. E-mail: jrobpereira25@yahoo.com.br.

⁹Doutor em Engenharia de Produção. Escola Brasileira de administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – EBAPE/FGV. Praia de Botafogo, 190 - 4º e 5º andares, CEP 22250-900 Rio de Janeiro/RJ. Brasil. E-mail: tenorio@fgv.br.

¹⁰ Más información en el sitio web: www.rgs.wiki.br.

Gestión Social – CGS, la Revista NAU Social y la Revista Administración Pública y Gestión Social – APGS y la comunidad científica pasan a reconocerlos.

En este contexto, el objetivo de este trabajo es presentar una aproximación teórica para la Gestión Social con el fin de realizar un esfuerzo de delimitación de este campo. La intención no es agotar el asunto y mucho menos “cercenar” el campo para limitar sus posibilidades de desarrollo, como lo temen Boullosa y Schommer (2008; 2009) y Boullosa (2009). La idea es realizar una primera aproximación teórica con el fin de presentar categorías teóricas para la fundamentación de la Gestión Social como campo del conocimiento científico.

Como justificativa para este trabajo se puede recalcar la característica *in progress* de la construcción de la Gestión Social (BOULLOSA, 2009). La Gestión Social aún no se presenta como un paradigma, por eso es necesaria la construcción de un “mapa” que le dé significado a la Gestión Social (FISCHER, 2002; FISCHER; MELO, 2006), bajo pena de banalización del término (FRANÇA FILHO, 2008). El autor advierte aún que, en poco tiempo todo lo que no es administración tradicional puede ser caracterizado como Gestión Social.

Este texto se basó en una búsqueda en la literatura del área por publicaciones que trataran específicamente de la conceptualización de Gestión Social, o que señalaran Categorías Teóricas para la construcción del concepto. Esta búsqueda ocurrió en periódicos (principalmente los del área de Administración, pero, con una amplia búsqueda en el Scientific Electronic Library Online – <www.scielo.org>, sin limitación de fecha) en eventos (Encuentro de la Asociación Nacional de Postgrado e Investigación en Administración – EnANPAD – de 2000 a 2010, Encuentro Nacional de Investigadores en Gestión Social – ENAPEGS – de 2007 a 2010 y Coloquio Internacional sobre Poder Local – de 1999 a 2009), en Tesis y Disertaciones del Banco de Tesis y Disertaciones de la CAPES (de 2000 a 2009) y en libros sobre la temática¹¹.

Este texto, además de esta introducción está dividido en 3 secciones más. En la primera se presentan las Categorías Teóricas para la Gestión Social, en la siguiente se discute la aproximación teórica propuesta por este texto y por fin, las consideraciones finales.

CATEGORÍAS TEÓRICAS PARA LA GESTIÓN SOCIAL

La gran mayoría de los textos encontrados no trata conceptualmente de la Gestión Social, ni tampoco provee Categorías Teóricas que puedan ser usadas en la construcción del concepto. Los trabajos encontrados que realizan este esfuerzo seleccionado se encuentran en el Cuadro 1, distribuidos por las Categorías Teóricas que presentan.

¹¹ Esta pesquisa consideró los textos publicados entre 2000 de 2010. En el caso de periódicos, en la mayoría de los casos fue considerado todo el tiempo de existencia del periódico disponible para consulta hasta fines de 2010. En el caso de textos publicados en eventos y también en periódicos, se consideró solamente la publicación más reciente.

Cuadro 1 – Categorías teóricas para la Gestión Social.

Categoría Teórica	Autores/Trabajos
Democracia Deliberativa	Carrion (2007), Fischer (2002), Fischer <i>et al.</i> (2006), Fischer y Melo (2006), Gondim, Fischer y Melo (2006), França Filho (2008), Junqueira <i>et al.</i> (2009), Maia (2005), Pimentel y Pimentel (2010), Pimentel <i>et al.</i> (2011), Schommer y França Filho (2010), Silva Jr <i>et al.</i> (2008), Tenório (2006; 2008a; 2008b; 2008c), Tenório y Saravia (2006).
Dialogicidad	Schommer y França Filho (2010), Tenório y Saravia (2006), Tenório (2008a; 2008b; 2008c; 2012).
Emancipación	Carrion (2007), Fischer (2002), Fischer <i>et al.</i> (2006), Fischer y Melo (2006), Maia (2005), Schommer y França Filho (2010), Tenório (2008a; 2008b).
Esfera Pública	Boullosa (2009), Boullosa y Schommer (2008; 2009), Carrion (2007), Fischer (2002), Fischer <i>et al.</i> (2006), Gondim, Fischer y Melo (2006), França Filho (2008), Maia (2005), Schommer y França Filho (2010), Tenório (2008b; 2008c).
Interés Bien Comprendido	Pimentel y Pimentel (2010), Pimentel <i>et al.</i> (2011), Tenório (2012).
Intersubjetividad	Schommer y França Filho (2010), Tenório y Saravia (2006), Tenório (2008b; 2008c; 2012).
Racionalidad	<u>Equilibrio</u> : Carrion (2007), Schommer y França Filho (2010) <u>Subordinación de la lógica instrumental</u> : França Filho (2008), Pimentel y Pimentel (2010), Pimentel <i>et al.</i> (2011) <u>Acción Comunicativa</u> : Tenório (2006; 2008a; 2008b; 2008c).
Solidaridad	Tenório (2008b; 2008c; 2012).
Sostenibilidad	Gondim, Fischer y Melo (2006), França Filho (2008).

Fuente: elaboración propia a partir de los datos de la investigación.

En esta clasificación, en algunos casos los autores no usan exactamente el término referente a la categoría teórica presentada, pero, en el entendimiento de esta investigación, las ideas expresadas en los textos van en este sentido. Con el ánimo de organizarlas para facilitar la continuidad de este trabajo y el entendimiento de su interrelación se propone un cuadro de análisis con la siguiente configuración: a) Interés Bien Comprendido - IBC, que alberga dos categorías complementarias: la Solidaridad y la sostenibilidad; b) Esfera Pública (tratada como una categoría intermedia), pues constituye el *locus* y condición esencial de su desarrollo, albergando otras categorías complementarias: Democracia Deliberativa, Dialogicidad, Intersubjetividad y Racionalidad; y c) Emancipación. Por lo tanto, consideramos que la Gestión Social como proceso se fundamenta teóricamente en tres grandes categorías que se articulan en una secuencia ascendente: IBC; Esfera Pública; y Emancipación. A partir de aquí se construirán las categorías teóricas y al final se discutirá su interrelación.

INTERÉS BIEN COMPRENDIDO, SOLIDARIDAD Y SOSTENIBILIDAD

El Interés Bien Comprendido – IBC es un concepto discutido por Tocqueville (1998) al describir la sociedad estadounidense en el Siglo XIX. El autor parte del contraste entre

aristocracia (marcada por la desigualdad natural y la jerarquía) y democracia (marcada por la igualdad, sin jerarquía), condición necesaria para el IBC.

El IBC parte de la premisa que el Bienestar colectivo es precondition para el Bienestar individual, de esta forma, al defender los intereses colectivos, en última instancia, el individuo está defendiendo sus propios intereses, alejándose de la proposición inicial de Adam Smith en los primordios del capitalismo. En otras palabras, utilizando a terminología del autor, “la virtud es útil” (TOCQUEVILLE, 1998).

El IBC refuerza la cuestión de la interdependencia entre los individuos en el sentido de notarse la dinámica de su propia acción en la esfera pública, no en el sentido de ser altruista o incluso asistencialista, sino en el sentido de (re)construcción colectiva del espacio público con a intención clara de obtener el Bienestar colectivo y por consiguiente el Bienestar individual. Son, en verdad, ocasiones en las que los individuos notan “[...] que dependen unos de los otros, poniendo a un lado aquel sentimiento egocéntrico y de independencia que los induce a confundir libertad con autosuficiencia privada” (BARBACENA, 2009, p. 23).

En este contexto, las Categorías Teóricas Sostenibilidad y la Solidaridad pueden ser consideradas como trasfondo del IBC. Según Gahyva (2006), la Solidaridad social puede ser fundada en el ejercicio del autointerés ilustrado. Al considerar el Bienestar colectivo de forma amplia, emana también la cuestión de la Sostenibilidad como uno de los condicionantes de este Bienestar.

La Solidaridad¹² está imbricada a la interdependencia y a la mutualidad de intereses y deberes. Solidaridad denota, también, compromiso con el otro, la cohesión social del grupo, al fin y al cabo. De esta forma, se nota que el IBC tiene un fuerte vínculo con la solidaridad, ambos caminan en el sentido de la responsabilidad compartida por el colectivo.

El término “sostenibilidad” ha sido más utilizado relacionado a la preservación del medio ambiente, en este sentido el término desarrollo sostenible parece estar presente en todo el discurso de la actualidad (no necesariamente la práctica). Al tratarse de Sostenibilidad como Categoría Teórica está refiriéndose a su condición de continuidad latente. Sostenible, en el sentido de sostener “[...] conservar, mantener con firmeza, perpetuar [...]” (MICHAELIS, 2014b), incluso el medio ambiente, pero no sólo a éste. Se entiende que la Sostenibilidad también está fuertemente relacionada a la Solidaridad, en el sentido de la segunda ser condición de la primera. Según Arroyo y Schuch (2006, p. 61) “[la] idea de Solidaridad remete a una acción humana que corresponde a la noción elevada de que lo mejor para alguien sólo se obtiene de manera sostenible si es también lo mejor para el otro”.

El IBC es el argumento por el cual el potencial de Solidaridad se realiza a favor de la Sostenibilidad, en otras palabras, al tratarse del Bienestar colectivo (solidario, en el sentido estricto del término) en la perspectiva del IBC se tiene como orientación la Sostenibilidad.

¹² Solidaridad, según Michaelis (2014a, cursivas nuestras): “Solidaridad [...] **1** Estado o condición de dos o más personas que reparten entre sí igualmente las responsabilidades de una acción, empresa o de un negocio, respondiendo todas por una y cada una por todas. **2** Mutualidad de intereses y deberes. **3** Eslabón o conexión mutua entre dos o muchas cosas dependientes unas de las otras. **4** Compromiso por el cual las personas se obligan unas por las otras y cada una de ellas por todas. **5** Condición grupal resultante de la comunión de actitudes y sentimientos, de modo a constituir el grupo unidad sólida, capaz de resistir a las fuerzas exteriores y mismo de hacerse aún más firme frente a la oposición que adviene desde afuera [...]”.

Trataremos a continuación de la Esfera Pública como la segunda Categoría Teórica.

ESFERA PÚBLICA: EL ESPACIO DE DESARROLLO DE LA GESTIÓN SOCIAL

Según Arendt (2010), la publicización de la Administración del hogar, de sus problemas y dispositivos organizacionales obnubiló la “antigua frontera” entre lo privado y lo político y también alteró el significado de estos términos. Según la autora “lo que actualmente llamamos de privado es la esfera de la intimidad” (ARENDR, 2010, p. 47). La privatividad moderna es nítidamente opuesta al dominio de lo social. Este cambio trae consecuencias importantes, pues la sociedad, en todos sus niveles, espera de sus miembros una cierta clase de conducta y no una acción, “[...] mediante la imposición de innumerables y variadas normas, todas las cuales tienden a ‘normalizar’ a sus miembros, a hacerlos actuar, a excluir la acción espontánea o el logro sobresaliente” (ARENDR, 2010, p. 49).

Con el advenimiento de la sociedad de masas, el dominio social alcanzó su ápice y pasa a controlar todos los miembros de determinada comunidad, ella “[...] no solamente destruye el dominio privado tanto como el dominio público; no solamente lo social priva al hombre de su lugar en el mundo sino también de un hogar protegido del mundo” (ARENDR, 2010, p. 72). El dominio social, por medio de la estandarización de la conducta, conquistó el dominio público. A partir de ahí, la distinción y la diferencia pasaron a ser asuntos privados del individuo. Antes el dominio público era el espacio en el cual el individuo tenía espacio para su individualidad (ARENDR, 2010).

El gran perfeccionamiento de la capacidad de trabajo de la humanidad, ejercido en la esfera pública, fue seguido por una pérdida en la capacidad del discurso, expulsado para la esfera íntima de lo privado, lo que también se refleja en la percepción sobre el avance de las “[...] ciencias físicas, que alteran y controlan la naturaleza, y las ciencias sociales, que aún no saben como alterar y controlar la sociedad” (ARENDR, 2010, p. 60).

Como se puede notar, en la actualidad el comportamiento y no la acción domina la vida del individuo (RAMOS, 1981), que por no notar claramente la posibilidad de una esfera pública en la cual pueda defender sus intereses, él lo hace en la esfera que le sobra, la esfera privada, lo que se puede denotar por individualismo. A la medida que la intimidad deja de ocupar el espacio de existencia incierta y oscura de la esfera privada y pasa a ocupar un espacio común y aceptable entre la sociedad, ésta se transforma en esfera pública. De lo contrario, la intimidad se queda en el nivel de la subjetividad.

Con el aumento de la importancia y de la influencia de la burguesía y el desarrollo del comercio, empieza a existir un proceso de cambio estructural en dirección a la Esfera Pública Burguesa (HABERMAS, 2003b). Obviamente el poder instituido resistió a estas investidas. Antes de consolidarse y de afirmarse, los futuros participantes de la esfera pública burguesa eran acusados por los gobernantes de discutir sobre lo que no entendían y sobre lo que no les concernía (HABERMAS, 2003c).

A Esfera Pública Burguesa se desarrolla a partir de la defensa de los intereses particulares. La defensa pública de dichos intereses abrió espacio para la actuación política de

esta clase y la colocó en un *status* con un poder normativo frente el Estado, de tal forma que pudiera alcanzar sus objetivos.

Con el desarrollo de la esfera pública burguesa y a la medida que el sector público se imbrica con el sector privado, creando un sector intermedio o una “esfera social repolitizada”, el modelo de la esfera pública burguesa se vuelve inútil, pues deja de ser necesaria la intermediación entre Estado y Sociedad por medio del sector privado.

En el contexto de la Gestión Social, se busca una nueva Esfera Pública que logre nuevamente acercar la población a la política. Para que la Gestión Social efectivamente ocurra, es necesario un espacio donde, nuevamente (pero con diferentes intenciones), las personas privadas se encuentren en un espacio público a fin de deliberaren sobre sus necesidades y futuro. La Gestión Social se desarrolla a la medida que se desarrolla la Esfera Pública, en este sentido.

La Esfera Pública con condiciones de albergar a la Gestión Social debe abarcar las siguientes Categorías Teóricas: Democracia Deliberativa, Dialogicidad, Intersubjetividad y Racionalidad.

Democracia deliberativa: la toma de decisión en la Gestión Social

De la democracia griega (democracia de pocos), pasando por la democracia del inicio del siglo XX (democracia de hombres), hasta la llamada democracia moderna, del fin del siglo XX (sufragio universal), se puede constatar que el derecho al voto, esencial a la democracia, cada vez se está volviendo más amplio. Al presente, no se admite llamar una sociedad de democrática si el derecho al voto no se extiende a todos los adultos capaces (democracia poliárquica) (DAHL, 2001). Por otro lado, Tocqueville (1998), al analizar la experiencia de la democracia estadounidense del siglo XIX, alerta para el hecho de que el sufragio universal no garantiza la excelencia de las leyes, pese a que traiga otros beneficios.

A democracia establece derechos y deberes al individuo, pues él tiene el deber de participar. Por otro lado, el individuo tiene el derecho de participar, según Dahl (2001) por la igualdad de voto e inclusión de adultos y, de acuerdo con Tourraine (1996), por la representatividad. Tal vez uno de los grandes problemas de la democracia moderna sea la comprensión de los deberes en relación a ella, pues la democracia no sólo ocurre porque existen espacios democráticos (derecho de participar), ella ocurre cuando esta participación se efectiva (deber de participar).

Existe, aún, otro problema relacionado a la cuestión de la participación, la calidad de esta participación. Dahl (2001) cree que no es probable que exista una sociedad en la cual todos tengan las mismas posibilidades de participar, adquirir información para comprender las cuestiones involucradas e influenciar las decisiones.

Aristóteles (2005) argumenta que la multitud, al contrario del individuo es incorruptible y tiene menos posibilidad de que tenga su juicio modificado por eventualidades. Pero, según Dahl (2001, p. 125), “entre más ciudadanos contiene una unidad democrática, menor número de ciudadanos pueden participar directamente en decisiones gubernamentales

y mayor grado de autoridad deben delegar a otros”. De este modo, el tamaño de la población de una sociedad es que definirá si se va a adoptar una democracia representativa o una democracia deliberativa. Las herramientas de tecnología de la información, como sugiere Rouillard (1999), pueden amenizar esta situación y permitir una participación más amplia.

La democracia deliberativa enfatiza “[...] el valor de los procedimientos cívicos y dialógicos capaces de generar consensos ‘racionales’ para la toma de decisiones [...]” superando el antagonismo entre participación y representación (NOGUEIRA, 2011, p. 125).

La Democracia Deliberativa sería, entonces, la forma de toma de decisión dentro de esta Esfera Pública en la cual ocurre la Gestión Social, pero, son necesarias otras Categorías Teóricas para la construcción de su alcance.

Racionalidad: la acción racional sustantiva

Para que la Esfera Pública se (re)configure es necesaria una racionalidad compatible con el IBC y la Democracia Deliberativa. Los autores que tratan de esta Categoría Teórica pueden ser divididos en tres líneas: equilibrio entre las racionalidades; subordinación de la lógica instrumental y acción comunicativa.

En la primera línea, los autores proponen que exista un equilibrio entre racionalidades. Según Carrion (2007), la dimensión económica debe estar integrada/ equilibrada con las demás, posibilitando el desarrollo tanto del capital como de las potencialidades humanas, pues la Gestión Social presenta un nuevo proyecto de sociedad/nación, basado en la cooperación y capaz de enfrentar la exclusión como proceso. Schommer y França Filho (2008; 2010) complementan con el argumento de que la Gestión Social comprende, simultánea e indisolublemente, acción y reflexión, subjetividad y objetividad, creatividad e instrumentalización.

La segunda línea defiende que la lógica instrumental (racionalidad utilitaria) debe estar subordinada a otras lógicas. Para França Filho (2008), se debe subordinar las lógicas instrumentales a otras lógicas sociales, políticas, culturales o ecológicas. Pimentel y Pimentel (2010) creen que la Gestión Social debe subordinar la lógica instrumental a un proceso decisorio deliberativo y Pimentel *et al.* (2011) añaden que esta subordinación debe basarse en la racionalidad sustantiva (RAMOS, 1981). Schommer y França Filho (2006) demuestran la importancia de satisfacer a las demandas de la población que van más allá de la dimensión económica.

La tercera línea presenta la acción comunicativa de Habermas como la Racionalidad inherente a la Gestión Social. Esta línea la representa Tenório (2006; 2008a; 2008b; 2008c). Según Tenório (2006; 2008c) la Gestión Social está determinada por la Solidariedad, por lo tanto, es un proceso de gestión que debe primar por la concordancia, en el cual el otro debe ser incluido y la cooperación su motivo. La racionalidad comunicativa presenta elementos conceptuales democratizadores de las relaciones en la sociedad, en los cuales el lenguaje (Intersubjetividad) es el camino para la comprensión (TENÓRIO, 2008a; 2008c).

El factor de convergencia entre las tres líneas es la denuncia de la hegemonía de la racionalidad utilitaria (RAMOS, 1981; TENÓRIO, 2008a; 2008c) como factor limitante al desarrollo y emancipación del hombre.

Según Ramos (1981), la sociedad moderna tiene, en la racionalidad utilitaria y en la centralización en el mercado, las bases para orientación tanto de las ciencias sociales como de la vida humana en general. Este contexto lleva la razón sustantiva al segundo plano, “solapando” las cuestiones éticas, trayendo, así, limitaciones al bienestar y satisfacción del ser humano.

La racionalidad sustantiva trae al ser humano la posibilidad de conducir su vida en bases éticas, potenciando el debate racional. El equilibrio entre satisfacción social y satisfacción personal promueve el deseo de la capacidad humana de autorrealización, autodesarrollo y emancipación (RAMOS, 1981).

La acción comunicativa, a su vez, busca la orientación para el entendimiento mutuo en cuanto a mecanismo de coordinación de las acciones, en el cual los individuos se encuentran en situación de acción y/o de habla en un contexto de mundo de la vida, buscando también el entendimiento mutuo entre el mundo de la vida y el mundo por medio de pretensiones de validez en diferentes perspectivas de mundo. En otras palabras, por medio de la interacción entre los individuos, se busca la coordinación de las acciones por medio del entendimiento para alcanzar objetivos comunes en determinado contexto (HABERMAS, 2003a).

Serva (1997) aproxima la racionalidad sustantiva de Guerreiro Ramos y la teoría de la acción comunicativa de la Habermas, pues “las dos teorías, además de que tienen como punto de partida la emancipación del ser humano frente a los constreñimientos de la autorrealización impuestos por la sociedad contemporánea, constituyen un caso flagrante de complementariedad [...]” (SERVA, 1997, p.22), presentando la **Acción Racional Sustantiva** que puede definirse como

[...] la acción orientada para dos dimensiones: que en la dimensión individual se refiere a la autorrealización, comprendida como concretización de potencialidades y satisfacción; en la dimensión grupal que se refiere al entendimiento, en las direcciones de la responsabilidad y satisfacción personales (SERVA, 1997, p. 22).

En la Esfera Pública mediada por la Gestión Social, el proceso decisorio se basa en la Democracia Deliberativa que tiene la Acción Racional Sustantiva como su orientación de acción.

A continuación, se presentan la Dialogicidad y la Intersubjetividad por entenderse que son Categorías Teóricas complementarias.

Dialogicidad e Intersubjetividad en la redefinición de la esfera pública

Como Dialogicidad, se entiende, en este trabajo, el propio diálogo en el sentido amplio, en que todos hablan, oyen y consideran lo que los otros dicen. En este sentido, se puede clasificar la Dialogicidad como la capacidad de comunicarse y, por consecuencia, entenderse con otras personas.

La Intersubjetividad, a su vez, complementa la Dialogicidad. Mientras la segunda es el diálogo, la primera es la comprensión de este diálogo. En otras palabras, la Intersubjetividad es la capacidad de los individuos de entender la subjetividad del otro por medio de la comunicación entre ellos, entender lo que se dice y también cómo se dice. La Intersubjetividad no sólo está relacionada al conocimiento de la lengua y de los símbolos utilizados para la comunicación, sino que también del contexto en el cual esta comunicación tiene lugar, en la percepción, también, del “no dicho”.

Para Habermas (2003b, p. 85) el lenguaje común, al contrario de lo que pueda se pensar, puede conducir la acción orientada por el entendimiento, “[...] a través del cual el mundo de la vida se reproduce y los propios componentes del mundo de la vida se entrelazan entre sí”.

La Dialogicidad sólo sucede si hay Intersubjetividad. Para comprender y participar del diálogo es necesario estar familiarizado con sus reglas, estructuras y contexto, en otras palabras, la Intersubjetividad es condición para la Dialogicidad.

Se concluye la relación entre las categorías teóricas que integran la Esfera Pública. En la siguiente sección, presentaremos la categoría teórica Emancipación.

EMANCIPACIÓN

En este trabajo, se entiende Emancipación como “liberarse de la tutela de alguien”, “liberarse” (MICHAELIS, 2014c), buscar autonomía. Según Chauí (2011, p.304, cursiva nuestra) “autonomía, del griego *autos* (sí mismo) y *nomos* (ley, regla, norma), es la capacidad interna para darse a sí mismo su propia ley o regla y, en esta posición de la ley-regla, ponerse a sí mismo como *sujeto*”.

La Emancipación como Categoría Teórica de la Gestión Social está inscrita en la tradición marxista y en la teoría crítica (Escuela de Frankfurt), en el sentido de ser la liberación de una dominación opresora, basada en las relaciones de producción y reproducción de la vida. Emancipación es la ruptura con la subordinación y el rechazo a la manipulación (NOGUEIRA, 2011).

Por un lado, se parte de la consideración de que la razón utilitaria, hegemónica en el mundo capitalista occidental es una barrera para la emancipación (MARX; ENGELS, 2004; RAMOS, 1981; TRAGTENBERG, 2005). En este sentido, Santos (2010, p.241), afirma que “[...] el período del capitalismo liberal es aquél en que se manifiesta de forma brutal la liquidación del potencial emancipador de la homogeneidad”. Sin embargo, Marcuse (1979, p. 17) considera que “el hecho de la gran mayoría de la población acepte y sea llevada a aceptar esta sociedad no la hace menos irracional y menos reprobable”.

Por otro lado, “no es realista la idea según la cual todo comportamiento social se concibe como acción estratégica, pudiendo explicarse como el resultado de un cálculo egocéntrico de posibles ventajas” (HABERMAS, 2003b, p.66).

Muchas veces se puede tener la sensación de que no hay qué hacer en relación a una dicha realidad, por su propia fuerza y omnipresencia. Pero, la Teoría Crítica piensa de manera diferente, pues “si el pensamiento no se limita a registrar y clasificar las categorías de la forma más neutra posible, es decir, si no se restringe a las categorías indispensables, a la *praxis* de la vida en las formas dadas, surge inmediatamente una resistencia” (HORKHEIMER, 1991, p. 61), tanto de los acomodados que no quieren salir de esta condición, como de los dominantes que se sienten amenazados. Este fenómeno lo describe Marcuse (1979) en su texto “Hombre Unidimensional”, cuyo significado es “aquél que perdió la noción de las contradicciones”.

Para Marcuse (1979, p. 28), “toda liberación depende de la toma de conciencia de servidumbre [...]”. La liberación no puede ocurrir de forma individual (PAES-DE-PAULA, 2008), la unión y la Solidaridad son condiciones para emanciparse (MARX; ENGELS, 2004). Pero, “antes de emancipar a los demás, precisamos emanciparnos a nosotros mismos” (MARX, 2005). De toda forma, la Emancipación no viene de afuera, debe ser conquistada (MARX, 2005; MARX; ENGELS, 2004). En el mismo sentido, Habermas (2003b) argumenta que la emancipación puede formarse consiguiente a procesos de democratización, pero no puede producirse por medio de intervenciones exteriores.

El hombre se emancipa cuando se percibe como individuo, con sus potencialidades individuales (*forces propres*) como motor de las fuerzas sociales, por fin, cuando se percibe como ser político (MARX, 2005).

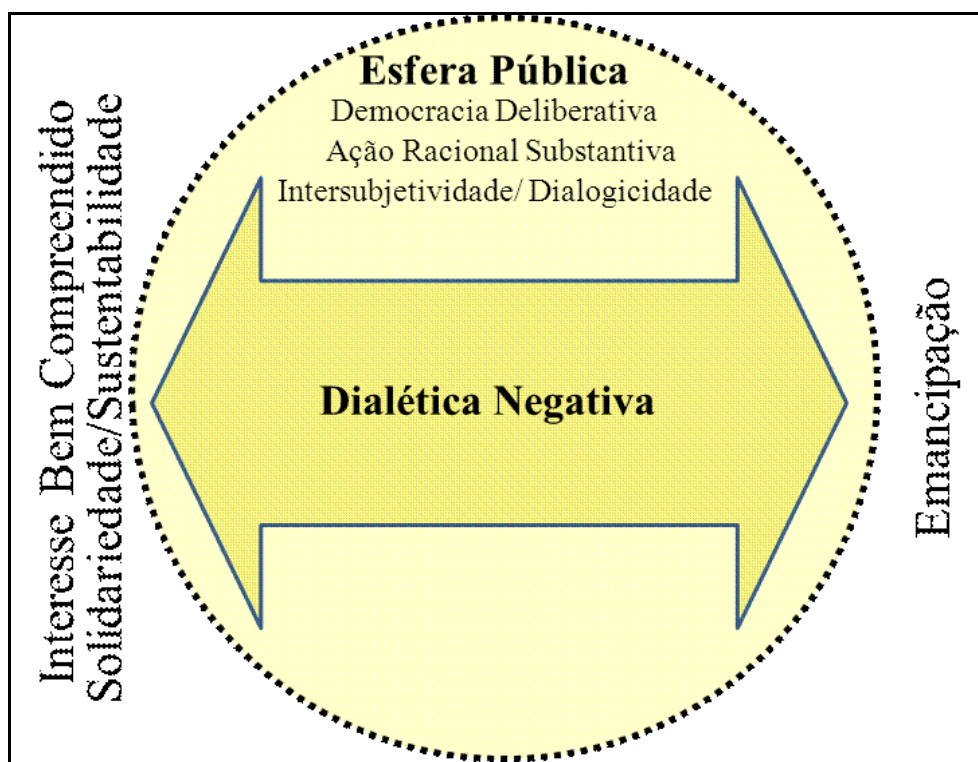
La Emancipación, por su vez, se presta también para reforzar la percepción del IBC. Al liberarse, escapando de la manipulación, el ser humano puede pasar a tener más claro para sí que él vive en comunidad, las cuestiones referentes a la Solidaridad y Sostenibilidad pueden hacerse obvias, de cierto modo.

A continuación se presenta la aproximación teórica para contribuir con la construcción de los fundamentos teóricos de la Gestión Social.

UNA APROXIMACIÓN TEÓRICA PARA LA GESTIÓN SOCIAL

No se busca, de forma alguna, obstaculizar el campo ni tampoco adoptar una postura prescriptiva. Esta propuesta tiene un carácter inicial y es una “delimitación hecha con lápiz de grafito”, en el sentido de ser el inicio del debate que puede rediseñarla, a la medida que avancen las investigaciones, cuantas veces sean necesarias.

Figura 1 – Aproximación teórica para la Gestión Social.



(Esfera Pública – Democracia Deliberativa – Acción Racional Sustantiva - Intersubjetividad – Dialogicidad / Interés Bien Compreendido – Solidaridad/Sostenibilidad / Dialéctica Negativa / Emancipación /)

Fuente: Elaboración Propia

Una característica intrínseca a esta aproximación teórica es su dialecticidad. Según Konder (2006, p. 8), “en la acepción moderna [...] dialéctica [...] es el modo de que pensemos las contradicciones de la realidad, el modo de que comprendamos la realidad como esencialmente contradictoria y en permanente transformación”. Se nota que la Gestión Social, conforme se presenta, camina en el contramano (en la contradicción) del sistema hegemónico y, aún, que puede tener potencial latente de cambio de percepción de mundo.

Pero, se sugiere, aún, en la línea de Tenório (2012), que esta dialéctica está inserida en la perspectiva de la Dialéctica Negativa, propuesta por Adorno (2009).

La dialéctica negativa es un esfuerzo permanente para evitar falsas síntesis y desconfiar de las propuestas definitivas para la solución de problemas, rechazando toda visión sistémica y totalizante de la sociedad. De esta forma, la dialéctica negativa nunca se conforma al status quo, representando un esfuerzo permanente de superar la realidad cotidiana rutinaria; es un movimiento permanente de la razón en el sentido de rescatar del pasado las dimensiones reprimidas y no concretizadas en el presente, transfiriéndolas para un futuro en el cual las limitaciones del presente no más existan. De esta forma, en la dialéctica adorniana, el concepto de teoría se refiere a un futuro mejor, remetiéndose a la dimensión práctica (PAES-DE-PAULA, 2008, p. 7-8).

Así, al presentar esta aproximación teórica para contribuir en la construcción de los fundamentos teóricos de la Gestión Social, se tiene lo contradictorio como punto de partida: gestión estratégica *versus* Gestión Social.

En la lógica dialéctica, el concepto es un momento como otro cualquiera. En él, su mediación por el no conceptual sobrevive gracias a su significado, que fundamenta, a su vez, su ser-concepto. El concepto es caracterizado por su relación con el no concepto – así como, finalmente, según la teoría del conocimiento tradicional, toda y cualquier definición de los conceptos carece de momentos no conceptuales, deíticos – tanto cuanto, en contrapartida, por distanciarse del óntico como unidad abstracta de los *onta* comprendidos en él. Alterar esta conceptualidad, volverla al no idéntico, es la charnela de la dialéctica negativa (ADORNO, 2009, p. 19).

Aún Según Adorno (2009, p. 302), “si la dialéctica negativa reclama la autorreflexión del pensamiento, entonces eso implica manifestación que el pensamiento también precisa, para ser verdadero, actualmente en todo caso, pensar contra sí mismo”.

Se clasifica, así, la presente propuesta como una propuesta que, pese a que tenga el fin de proveer una contribución para la construcción de los fundamentos teóricos de la Gestión Social, no tiene pretensión de síntesis (dialéctica negativa), pero que hace una delimitación conceptual de la Gestión Social, que, por sí misma, exige un momento no conceptual para comprenderse como propuesta. En estos términos, la Gestión Social puede definirse como un proceso dialéctico de organización social propio de una esfera pública democrática, intersubjetiva y dialógica, orientada por la acción racional sustantiva, a partir de la relación entre interés Bien Comprendido y emancipación. O en otros términos, un proceso de toma de decisión colectiva, no jerárquico, basado en la democracia y en el interés colectivo de los participantes.

CONSIDERACIONES FINALES

La construcción del campo de la Gestión Social es un trabajo que se presenta como urgente en el actual contexto de su desarrollo. Pensar en un modo de gestión antitético a la gestión estratégica (o tradicional) no es una tarea fácil debido a su hegemonía en la academia. En verdad, desde que la Administración dio sus primeros pasos, esta concepción ha sido construida y reconstruida a partir del llamado taylorismo y sus variaciones.

Esta primera aproximación teórica para a Gestión Social, “hecha con lápiz de grafito” busca contribuir en la construcción del campo de forma propositiva para el debate del área respecto a la construcción del campo.

Para futuras investigaciones, sería muy provechosa la sugerencia de nuevas categorías, otra propuesta de relación entre las presentadas, o aún el rechazo de alguna de ellas. En este sentido se puede avanzar perfeccionando esta aproximación teórica mediante nuevas contribuciones y otras miradas. Otra posibilidad de investigación que se presenta es buscar en la práctica organizacional estas características, de modo a contribuir con la propuesta presentada.

REFERENCIAS

ADORNO, Theodor W. **Dialética negativa**. Tradução: Marco Antonio Casanova; revisão técnica: Eduardo Soares Neves Silva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, 408p.

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala Educacional, 2005. (Série Filosofar)

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária**: alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Perseu Abramo, 2006. (Coleção Brasil Urgente)

BARBACENA, Juliana Martins. Ação Popular e participação política: um diálogo com a teoria democrática de Aléxis de Tocqueville. **Revista Urutágua**, n. 17, p.18-28, dez. 2008/ mar. 2009.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Contribuições conceituais e metodológicas para a avaliação de processos e práticas de Gestão Social a partir das perspectivas da *policy analysis* e da abordagem social da aprendizagem. *In* Colóquio Internacional sobre Poder Local, 11, 2009, Salvador. **Anais...**, Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 1 CD ROM.

_____; SCHOMMER, Paula Chies. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da Gestão Social? *In*: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 32, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD ROM.

_____; _____. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de lampedusa? *In*: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 3, 2009, Juazeiro/Petrolina. **Anais...**, Juazeiro/Petrolina: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD ROM.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARRION, Rosinha Machado. Gestão social: especificidades e práticas em discussão. *In*: SILVA, Junquillo Gelson et al. (Orgs.). **Tecnologias de gestão**: por uma abordagem multidisciplinar. Vitória: EDUFES, 2007. v. 2.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FISCHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – uma introdução a uma agenda. *In*: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002, p.12-32.

_____; MELO, Vanessa Paternostro. Programa de desenvolvimento e Gestão Social: uma construção coletiva. *In*: FISCHER, Tânia; ROESCH, Sylvia; MELO, Vanessa Paternostro.

Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006, p.13-41.

_____ et al. Perfis visíveis na Gestão Social do desenvolvimento. **Revista Administração Pública**, v. 40, n. 5, p.789-808, out. 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Definido Gestão Social. In: SILVA JUNIOR, Jeová Torres; MÁISH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso. **Gestão social:** práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

GAHYVA, Helga. Tocqueville e Gobineau no mundo dos iguais. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 3, p.553-582, 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/218/21849305.pdf>>. Acesso em 10 set. 2011.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; FISCHER, Tânia; MELO, Vanessa Paternostro. Formação em Gestão Social: Um olhar crítico sobre uma experiência de pós-graduação. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 30, 2006, Salvador. **Anais...**, Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD ROM.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003c. (Biblioteca Tempo Universitário, 84: Estudos Alemães).

_____. **Direito e democracia:** entre a facticidade e a validade. 2. ed. Tradução Fábio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a, v. 2 (Biblioteca Tempo Universitário, 102)

_____. **Mudança estrutural na esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b. (Biblioteca Tempo Universitário, 76)

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Textos escolhidos**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores; 16)

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates et al. Parcerias e redes sociais: a busca pela Gestão Social eficaz - um estudo de caso. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 3, 2009, Juazeiro/Petrolina. **Anais...**, Juazeiro/Petrolina: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD ROM.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. 8. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 23)

MAIA, Marilene. Gestão social: reconhecendo e construindo referenciais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, a. 4, n. 4, dez. 2005.

MARCUSE, Hebert. **A ideologia da sociedade industrial:** o homem unidimensional. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARX, Karl. **A questão judaica**. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2005.

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MICHAELIS: MODERNO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Emancipar**. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=emancipar>>. Acesso em 13 jan. 2014c.

_____. _____. **Solidariedade**. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=solidariedade>>. Acesso em 13 jan. 2014a.

_____. _____. **Sustentar**. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/sustentar%20_1050275.html>. Acesso em 13 jan. 2014b.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAES-DE-PAULA, Ana Paula. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008. (Coleção Debates em Administração)

PIMENTEL, Mariana Pereira Chaves; PIMENTEL, Thiago Duarte. Gestão Social: Perspectivas, Princípios e (De)Limitações. *In: Encontro de Estudos Organizacionais - EnEO*, 6, 2010, Florianópolis. **Anais....** Florianópolis: ANPAD, 2010. 1 CD ROM.

PIMENTEL, Thiago Duarte et al.. Governança territorial como estratégia de gestão social do desenvolvimento *In: FERREIRA, Marco Aurélio Marques; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; GAVA, Rodrigo (Org.). Administração pública, Gestão Social e economia solidária: avanços e desafios*. Viçosa: UFV, 2011.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Tradução de Mary Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981.

ROUILLARD, Lucie Technology and simulation: for a participative democracy in the Era of New Public Management. **International Review of Administrative Sciences**. v. 65, n.3, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHOMMER, Paula Chies; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA**, Salvador, v.1, n.1, p.203-226, jun./nov. 2010.

SERVA, Maurício. A racionalidade Substantiva Demonstrada na Prática Administrativa. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 37, n. 2, abr./jun. 1997.

SILVA JUNIOR, Jeová Torres et al. Introdução. In: SILVA JR, Jeová Torres; MÁISH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies. **Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o conceito de Gestão Social. In: SILVA JUNIOR, Jeová Torres et al. **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008c.

_____. A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs). **Revista Administração Pública**, v.40, n.6, dez., 2006.

_____. Gestão social, um conceito não-idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento In CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; SILVA JUNIOR, Jeová Torres (Orgs.). **Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.

_____. **Tem razão a administração?** 3. ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008a.

_____. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado**. 3. ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008b.

_____; SARAVIA, Henrique J. Escorços sobre gestão pública e Gestão Social. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna. **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América**. Traduzido por José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. (Biblioteca do Exército; 699. Coleção General Benício; v. 341).

TOURRAINE, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. 3. ed. rev. São Paulo: UNESP, 2005. (Coleção Maurício Tragtenberg)

Artigo recebido em: 27/08/2014

Artigo aprovado em: 17/10/2014

THEORETICAL FOUNDATIONS OF THE SOCIAL MANAGEMENT

Airton Cardoso Cançado¹³
José Roberto Pereira¹⁴
Fernando Guilherme Tenório¹⁵

ABSTRACT

This paper presents a theoretical approach to the Social Management, understood as a field in construction. The text begins with a literature review of what has already built about the concept of Social Management, identifying theoretical categories that support the concept. From these categories we present a first draft, "done in pencil", to contribute to the construction of this field. The identified theoretical categories were: a) Self-Interest Rightly Understood, which has two complementary categories: solidarity and sustainability, b) Public Sphere (treated as an intermediary category), since it is the locus and essential condition of its development, presenting other complementary categories: Deliberative Democracy, Dialogicity, Intersubjectivity and Rationality; and c) Emancipation. These categories are interrelated by means of Adorno's Negative Dialectics.

Key words: Social Management. Public Sphere. Self-Interest Rightly Understood. Emancipation.

INTRODUCTION

Based on the discussion started in 1990, at the Study Program in Social Management of the Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – PEGS/EBAPE/FGV, the studies of Social Management in Brazil have been expanding. Several research centers, often linked to Management Schools have interested in this theme. In 2007, the Network of Researchers in Social Management - RGS held the first National Congress of the Researchers in Social Management - I ENAPEGS, which happens annually since then. Furthermore, many courses about Social Management were created in Brazil (university extension courses, graduate courses, specializations and masters). And also specialized journals were created and recognized by the scientific community. Some examples are: Cadernos Gestão Social – CGS (2007), Administração Pública e Gestão Social

¹³Doutor em Administração. Universidade Federal do Tocantins.. Endereço: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Universidade Federal do Tocantins, Av. SN 15, ALCNO 14 (109-Norte), Bloco III Sala 33, Cep: 77001-090 Palmas – TO. Brasil. E-mail: airtoncardoso@yahoo.com.br.

¹⁴Doutor em Sociologia. Universidade Federal de Lavras. Endereço: Universidade Federal de Lavras. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Campus Universitário, Caixa Postal 3037, CEP 37200-000. Lavras/MG. Brasil. E-mail: jrobpereira25@yahoo.com.br.

¹⁵Doutor em Engenharia de Produção. Escola Brasileira de administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – EBAPE/FGV. Praia de Botafogo, 190 - 4º e 5º andares, CEP 22250-900 Rio de Janeiro/RJ. Brasil. E-mail: tenorio@fgv.br.

– APGS (2009), *Nau Social* (2010) and *Revista Interdisciplinar de Gestão Social – RIGS* (2012).

In this context, the goal of this paper is presenting a theoretical approach to the Social Management in order to delimit its field. It is not our intention exhausting the subject, and much less "surrounding" the field, limiting its possibilities of development, as the concern of Boullosa and Schommer (2008, 2009) and Boullosa (2009). Indeed, the idea is to build a first theoretical approach so as to present theoretical categories to the reasoning of the Social Management as a field of scientific knowledge.

As justification for this paper we highlight the characteristic "in progress" of the Social Management's construction (BOULLOSA, 2009). The Social Management has not presented itself as a paradigm, and for this reason is necessary constructing a "map" that gives meaning to the Social Management (FISCHER, 2002; FISCHER; MELO, 2006), otherwise, the term can be trivialized (FRANCE SON, 2008). The author also warns that in the near future, everything that is not traditional management can be characterized as Social Management.

This text is based on a literature research among publications that deal specifically on the conceptualization of Social Management, or publications that indicate theoretical categories for the construction of the concept. This literature research took place in journals (especially those of Management, with a wider research on the Scientific Electronic Library Online - www.scielo.org, without limiting a period); in events (Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – EnANPAD – de 2000 a 2010, Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – ENAPEGS – de 2007 a 2010 e Colóquio Internacional sobre Poder Local – de 1999 a 2009); in Theses and Dissertations from Capes Bank of Theses and Dissertations (from 2000 to 2009); and in books about this theme.

Beyond the introduction, this text is divided into three sections. In the first one, we present the Theoretical categories for the Social Management; the following section discusses the theoretical approach proposed by this text; in the third and last section, we present the final considerations.

THEORETICAL CATEGORIES TO THE SOCIAL MANAGEMENT

The vast majority of the found texts does not deal conceptually with the Social Management, nor provide Theoretical categories that can be used in construction of the concept. However, the found studies - that deal conceptually about Social Management or provide Theoretical categories - are classified in Table 1, divided into the Theoretical Categories they present.

Table 1 – Theoretical Categories to the Social Management.

Theoretical Category	Authors/Studies
Deliberative Democracy	Carrion (2007), Fischer (2002), Fischer <i>et al.</i> (2006), Fischer e Melo (2006), Gondim, Fischer e Melo (2006), França Filho (2008), Junqueira <i>et al.</i> (2009), Maia (2005), Pimentel e Pimentel (2010), Pimentel <i>et al.</i> (2011), Schommer e França Filho (2010), Silva Jr <i>et al.</i> (2008), Tenório (2006; 2008a; 2008b; 2008c), Tenório e Saravia (2006).
Dialogicity	Schommer e França Filho (2010), Tenório e Saravia (2006), Tenório (2008a; 2008b; 2008c; 2012).
Emancipation	Carrion (2007), Fischer (2002), Fischer <i>et al.</i> (2006), Fischer e Melo (2006), Maia (2005), Schommer e França Filho (2010), Tenório (2008a; 2008b).
Public Sphere	Boullosa (2009), Boullosa e Schommer (2008; 2009), Carrion (2007), Fischer (2002), Fischer <i>et al.</i> (2006), Gondim, Fischer e Melo (2006), França Filho (2008), Maia (2005), Schommer e França Filho (2010), Tenório (2008b; 2008c).
Self-interest Rightly Understood	Pimentel e Pimentel (2010), Pimentel <i>et al.</i> (2011), Tenório (2012).
Intersubjectivity	Schommer e França Filho (2010), Tenório e Saravia (2006), Tenório (2008b; 2008c; 2012).
Rationality	<u>Equilíbrio</u> : Carrion (2007), Schommer e França Filho (2010) <u>Subordinação da lógica instrumental</u> : França Filho (2008), Pimentel e Pimentel (2010), Pimentel <i>et al.</i> (2011) <u>Agir Comunicativo</u> : Tenório (2006; 2008a; 2008b; 2008c).
Solidarity	Tenório (2008b; 2008c; 2012).
Sustainability	Gondim, Fischer e Melo (2006), França Filho (2008).

Source: elaborated from the survey data.

In this classification, in some cases, the authors did not use the exact term relative to the theoretical category presented in the Table 1, but, in the understanding of this research, the ideas expressed for the authors go in the same direction of the related category. In order to organize all the categories found, facilitate the continuation of this work and the understanding of its interrelation, we propose an analytical framework with the following configuration: a) Self-Interest Rightly Understood, which has two complementary categories: solidarity and sustainability, b) Public Sphere (treated as an intermediary category), since it is the locus and essential condition of its development, presenting other complementary categories: Deliberative Democracy, Dialogicity, Intersubjectivity and Rationality; and c) Emancipation. Therefore, we consider the Social Management as a process that is based theoretically on three broad categories, Self-Interest Rightly Understood, Public Sphere and Emancipation, all of them articulated in a dialogical perspective. From here, the theoretical categories will be built and at the end of this paper we will discuss their relationship.

SELF-INTEREST RIGHTLY UNDERSTOOD, SOLIDARITY AND SUSTAINABILITY

The Self-Interest Rightly Understood is a concept discussed by Tocqueville (1998), when he describes the American society in the nineteenth century. The author begins from the contrast between aristocracy (marked by natural inequality and hierarchy) and democracy (marked by equality, without hierarchy), a necessary condition for the Self-Interest Rightly Understood.

The Self-Interest Rightly Understood starts from the premise that the collective welfare is a precondition for the individual welfare, thus, if the individual is defending the collective interests, ultimately, the individual is defending its own interests, moving away from the initial preposition of Adam Smith, in the early days of capitalism. In other words, using the terminology of the author, "virtue is useful" (TOCQUEVILLE, 1998).

The Self-Interest Rightly Understood reinforces the issue of interdependence between individuals in order to understand the dynamics of their own actions in the public sphere. It is not in the sense of being selfless or even welfarist, but in the sense of collective (re)construction of the public space with the clear intention of achieving the collective welfare and, consequently, the individual welfare. They are, indeed, occasions when the individuals perceive "[...] they depend on each other, moving far from that egocentric feeling and of independence that induce them to confuse freedom with private self-sufficiency" (BARBACENA, 2009, p. 23).

In this context, the Theoretical Categories Sustainability and Solidarity can be considered as a background of the Self-Interest Rightly Understood. As Gahyva (2006) asserts, social solidarity can be founded in the exercise of the enlightened self-interest. When considering the collective welfare in a broad way, also appears the issue of Sustainability, as one of the conditions of the welfare.

Solidarity¹⁶ is linked to interdependence and to the mutuality of interests and duties. Solidarity also denotes commitment to each other, the social cohesion of the group, anyway. The Self-Interest Rightly Understood has a strong bond with Solidarity; both of them walk towards the shared responsibility for the collective.

The term "sustainability" has been more used related to the environmental preservation; in this sense, the term sustainable development seems permeating the entire current discourse (not necessarily the practice). By taking Sustainability as a Theoretical Category, we are referring to its condition of latent continuity. Sustainable, in the sense of supporting "[...] conserve, maintain firmly, perpetuate [...]" (MICHAELIS, 2014b), including the environment, but not only it. It is understood that Sustainability is imbricated to Solidarity, because the second is the condition to the first one. According to Arroyo & Schuch (2006, p.61) "the idea of solidarity refers to a human action that corresponds to the high

¹⁶Solidarity, according to Michaelis (2014a, emphasis added): "Solidarity [...] 2 State or condition of two or more persons who share equally the responsibilities of an action, enterprise or business, answering all for one and each one for all. 3 Mutuality of interests and duties. 4 Tie or mutual connection between two or more things dependents on each other. 5 *Dir* Commitment by which people undertake for each other and each for all. 6 *Sociol* Group condition resulting from the communion of attitudes and feelings, so as to constitute a group of solid unit, able to resist external forces and even become firmer in the face of opposition from outside [...]."

notion that the best for someone can only be achieved in a sustainable way, if it is also the best for the other”.

The Self-Interest Rightly Understood is the argument, by which the potential of the Solidarity takes place in favor of Sustainability, in other words, address the collective welfare (solidary, in the strict sense of the term) by the perspective of the Self-Interest Rightly Understood has as its north, the Sustainability.

In the next paragraph, we will address the second major Theoretical Category: the Public Sphere.

PUBLIC SPHERE: THE SPACE FOR THE SOCIAL MANAGEMENT DEVELOPMENT

According to Arendt (2010), the publicizing of the home management, its problems and organizational devices blurred the "old border" between the private and the political, and also changed the meaning of these terms. As claimed by the author "what we call private today is the sphere of intimacy" (ARENDR, 2010, p. 47). Modern privacy is remarkably opposite to the social domain. This change has important consequences, because the society, at all its levels, expects of individuals a behavior and not an action, "[...] imposing innumerable and various rules, all of them tending to 'normalize' its members, to make them behave, and to exclude the spontaneous action or the extraordinary achievement" (ARENDR, 2010, p. 49).

With the emergence of the mass society, the social domain peaked and started controlling all the members of a particular community, it "[...] not only destroys both the private and the public domains; it still deprives men of their place in the world, and their private home" (ARENDR, 2010, p. 72). The social area, through the standardization of behavior, conquered the public domain. Thereafter, the distinction and difference have become private matters of the individual. Previously, the public domain was the space where the individual had a space for his individuality (ARENDR, 2010).

The major improvement of the work capacity of mankind, exercised in the Public Sphere, was accompanied by a loss of the ability of speech, banished to the intimate sphere of the private, which is also reflected in the perception about the progress of "[...] physical sciences, which alter and control the nature, and the social sciences, which still do not know how to alter and control the society" (ARENDR, 2010, p. 60).

Thus, nowadays, is the behavior and not the action what dominate the individual's life (RAMOS, 1981). Just because the individual does not clearly perceive the possibility of a Public Sphere in which he can defend his own interests, he does so in the private sphere, which may denote by individualism. As the intimacy ceases to occupy the space of uncertain and obscure existence of the private sphere and assumes a common and acceptable space among the society, this becomes public sphere. Otherwise, the intimacy would remain at the level of subjectivity.

With the increasing importance and influence of the bourgeoisie and the development of the commerce, starts a process of structural change towards the Bourgeois Public Sphere

(HABERMAS, 2003b). Obviously, the established power resisted these onslaughts. Before the bourgeoisie consolidate and affirm itself, the future participants of the bourgeois public sphere were accused by the governing authorities of discussing what they did not understand and what did not concern to them (HABERMAS, 2003c).

The Bourgeois Public Sphere develops as from the defense of particular interests. The public defense of such interests has opened a space for the political action of this class and placed them in a status with a normative power before the State, such as achieving their goals.

With the development of the Bourgeois Public Sphere, and insofar the public sector imbricates the private sector, creating an intermediary sector or "re-politicized society", the model of the Bourgeois Public Sphere becomes useless because it no longer requires the intermediation between State and Society by the private sector.

In the context of Social Management is the search for a new Public Sphere that approximates the people to politics again. For the Social Management happen effectively, it is necessary a space where once again (but with different intentions) the private individuals meet in a public space to decide about their own needs and future. The Social Management develops at the same time as the "new" Public Sphere develops.

The Public Sphere, where the Social Management takes place, should encompass the following Theoretical Categories: Deliberative Democracy, Rationality (Substantive Rational Action) and Dialogicity and Intersubjectivity.

Deliberative Democracy: the process of decision making in the Social Management

From the Greek democracy (the democracy of few), through democracy of the early twentieth century (the democracy of men), until the modern democracy of the end of the twentieth century (universal suffrage), it can be seen that the right to vote, essential to democracy, has becoming wider. Currently, there may not classify a society as being democratic if the right to vote is not extended to all the able adults (polyarchal democracy) (DAHL, 2001). However, Tocqueville (1998), analyzing the experience of American democracy of the nineteenth century, alerts to the fact that the universal suffrage does not guarantee the excellence of laws, despite bringing other benefits.

Democracy establishes rights and duties to the individuals, and they have the obligation of participating. On the other hand, the individuals have the right to participate, according to Dahl (2001), by equal voting and inclusion of adults and, according to Touraine (1996), by representativeness. Perhaps one of the major problems of modern democracy is the understanding of the duties towards it, because democracy does not just happen due to the existence of democratic spaces (right to participate), democracy happens when this participation is effective (duty to participate).

There is also another problem regarding to the issue of participation: the quality of this participation. Dahl (2001) believes that it is unlikely that there is a society where everyone has the same opportunities of participating, acquire information to understand the issues involved and influence decisions.

Aristotle (2005) argues that the crowd, unlike the individual, is incorruptible and has less chance that their judgment is altered by eventualities. However, according to Dahl (2001, p.125), "the more citizens a democratic unit contains, the less citizens can participate directly in the government decisions and more they have to delegate this authority to others." Thus, the population size of a society is what will define if it will be adopted a representative democracy or a deliberative democracy. The tools of information technology, as suggested by Rouillard (1999), can mitigate the situation and allow a wider participation.

Deliberative democracy emphasizes "[...] the value of dialogic and civic procedures, capable of generating 'rational' consensus for decision-making [...]" overcoming the antagonism between participation and representation (NOGUEIRA, 2011, p. 125).

Deliberative Democracy would be, then, a form of decision making within this Public Sphere in which the Social Management happens. However, it is necessary other Theoretical Categories for the construction of its scope.

Rationality: the substantive rational action

For the Public Sphere being (re)set, it is required a compatible rationality with both the Self-Interest Rightly Understood and the Deliberative Democracy. The authors who deal with this Theoretical Category can be divided into three lines: the balance between the rationalities; subordination of instrumental rationality and communicative action.

In the first line, the authors propose a balance among rationalities. According Carrion (2007), the economic dimension must be integrated/balanced with the others, enabling the development of both capital and human potential, because the Social Management presents a new project of society/nation, based on cooperation and able to face exclusion as a process. Schommer and França Filho (2010) complement this proposition with the argument that Social Management comprises - simultaneously and inextricably - action and reflection, subjectivity and objectivity, creativity and instrumentation.

The second line defends that the instrumental logic (utilitarian rationality) must be subordinated to other logics. For França Filho (2008), it must be subordinated to the instrumental logics and to other social logics, political, cultural or ecological. Pimentel & Pimentel (2010) believe that Social Management must subordinate the instrumental logic to a deliberative decision-making process and Pimentel et al. (2011) add that this subordination must be guided by substantive rationality (RAMOS, 1981). Schommer and França Filho (2006) demonstrate the importance of meeting the population's demands beyond the economic dimension.

The third line presents the Habermas's communicative action as the Rationality inherent to Social Management. This line is represented by Tenório (2006, 2008a, 2008b, 2008c). According to Tenório (2006, 2008c), Social Management is determined by the Solidarity. Thus, is a management process that must excel for concordance, where the other, must be included and cooperation must be its reason. The communicative rationality presents conceptual elements that democratize the relations in society, in which language (Intersubjectivity) is the path to the understanding (TENÓRIO, 2008a, 2008c).

The convergence factor of the three lines is the denouncement of hegemony of utilitarian rationality (RAMOS, 1981; TENÓRIO, 2008a; 2008c) as limiting factor to men's development and emancipation.

According to Ramos (1981), modern society has - in the utilitarian rationality and in the centralization of the market - the basis for orientation of both the social sciences, and human life in general. This context leads the substantive reason to the back burner, "undermining" the ethical issues, bringing limitations to the human being's welfare and satisfaction.

Substantive rationality offers human beings the possibility of conducting their life in ethical bases, enhancing the rational debate. The balance between social satisfaction and personal satisfaction promotes the desire of the human capacity of self-realization, self-development and emancipation (RAMOS, 1981).

The communicative act, in turn, seeks guidance for mutual understanding as a coordination mechanism of action, in which individuals are in a situation of action and/or of speech, in the context of life world, also seeking the mutual understanding between the life world and the world through the pretensions of validity in different perspectives on the world. In other words, in the interaction between individuals is the search to the coordination of actions through the understanding in order to achieve common goals in a particular context (HABERMAS, 2003a).

Serva (1997) approximates the substantive rationality of Guerreiro Ramos to the theory of communicative action of Habermas, because "the two theories, have as its starting point the human emancipation regarding the constraints of self-realization imposed by contemporary society and constitute a case of complementarity [...]" (SERVA, 1997, p. 22), presenting the **Substantive Rational Action**, defined as

[...] the action oriented towards two dimensions: the individual dimension, which refers to self-realization, understood as a concretion of potentialities and satisfaction; and group dimension in regard to the understanding related to responsibility and personal satisfaction (SERVA, 1997 p. 22).

In the Public Sphere mediated by Social Management, the decision-making process is based on Deliberative Democracy, which has Substantive Rational Action as its action orientation.

In the following topic we will present Dialogicity and Intersubjectivity, complementary Theoretical Categories, in our understanding.

Dialogicity and Intersubjectivity in the redefinition of Public Sphere

In this paper, we understood Dialogicity as the dialogue in a broad sense, where everyone speaks, listen and consider what others say. In this sense, Dialogicity can be classified as the ability to communicate and, consequently, get along with others.

Intersubjectivity, in its turn, complements the Dialogicity. While the second is the Dialog, the first one is the understanding of this dialogue. In other words, Intersubjectivity is the individual's ability of understanding the subjectivity of the other through the communication with them, understanding what is being said and how. Intersubjectivity is not only related to the knowledge of the language and symbols used to communicate, but is also related to the context in which such communication takes place in, and in the perception of what is "unsaid".

For Habermas (2003b, p. 85), the common language can conduct the guided act by the understanding, "[...] through which the life world reproduces and its components intertwine with one another". Dialogicity only happens if there is Intersubjectivity, to understand and participate in the dialogue, it is necessary to be familiar with its rules, structures and context. In other words, Intersubjectivity is the condition for Dialogicity.

At this point, we conclude our assumptions about the relationship of theoretical categories which integrate the Public Sphere. In the next topic, we will present the third theoretical category: Emancipation.

EMANCIPATION

In this paper we understand Emancipation as "getting rid of someone's guardianship", "freeing up" (MICHAELIS, 2014c), seek autonomy. According to Chauí (2011, p. 304, emphasis added), "autonomy of the Greek *autós* (self) and *nomós* (law, rule, norm), is the internal capacity to give yourself your own law or rule, and in this position of law-rule, set up yourself as the *subject*".

Emancipation, as a Theoretical Category of Social Management, is included in the Marxist tradition and in the Critical Theory (Frankfurt School), in sense of being the freeing of an oppressive domination, based on the relations of production and reproduction of life. Emancipation is the break with the subordination and refusal to manipulation (NOGUEIRA, 2011).

On the one hand, we start from the consideration that the utilitarian reason, hegemonic in Western capitalist world, is a barrier to emancipation (MARX; ENGELS, 2004; RAMOS, 1981; TRAGTENBERG, 2005). In this sense, Santos (2010, p. 241) states "[...] the period of liberal capitalism is one in which is manifested, in brutal way, the liquidation of the emancipatory potential of modernity". However, Marcuse (1979, p. 17) considers "the fact that the vast majority of people accept and be led to accept this society, does not make the society less irrational and less reprehensible".

On the other hand, "is not a realistic idea that all the social behavior is conceived as strategic action, and may being explained as the result of an egocentric calculation of possible advantages" (HABERMAS, 2003b, p. 66).

Often, one can have the feeling there is nothing to do in regarding to a given reality, by his own power and omnipresence. However, the Critical Theory thinks differently, because

“if the thinking is not limited to registering and classifying the categories in the most neutral way, that is, if is not restricted to the essential categories and the praxis of life in the given forms, a resistance arises immediately” (HORKHEIMER, 1991, p. 61), both from who is accommodated and do not want to get out of this condition, and also from the dominants, who feel threatened. This phenomenon is described by Marcuse (1979) in his text "One-Dimensional Man, meaning "one who lost the notion of contradictions."

For Marcuse (1979, p.28), "freeing depends on the consciousness of servitude [...]". The freeing may not occur individually (PAES-DE-PAULA, 2008), the union and solidarity are conditions to emancipate (MARX; ENGELS, 2004). However, before emancipating others, we need to emancipate ourselves (MARX, 2005; MARX; ENGELS, 2004). Anyway, the Emancipation does not come from outside, must be earned. Similarly, Habermas (2003b) argues that emancipation can happen in the sequence of the democratization process, but cannot be produced by external interventions.

The man is emancipated when he realizes himself as an individual, with his individual potentialities (*forces propres*) as an engine of social forces, lastly, when he realizes himself as a political being (MARX, 2005).

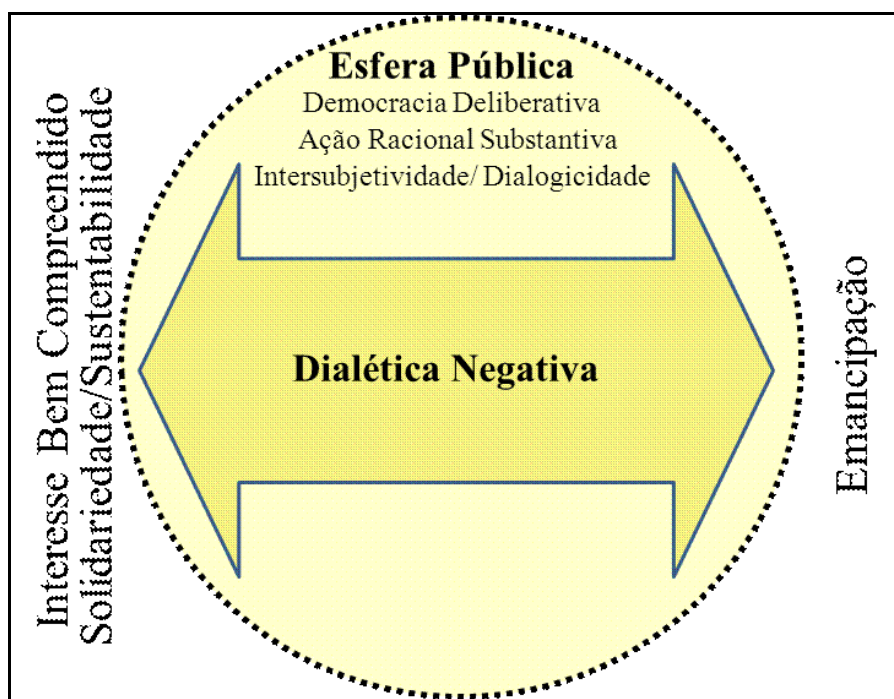
Emancipation, in its turn, also reinforces the perception of the Self-Interest Rightly Understood. Being freed by yourself, escape from the manipulation, the human being can have more clear to himself that he lives in community, thus, the issues of Solidarity and Sustainability can become obvious, in a certain way.

Then, we will present the theoretical approach in order to contribute with the building of the theoretical foundations of Social Management.

A THEORETICAL APPROACH TO THE SOCIAL MANAGEMENT

In this paper, we do not have the intention of stifling the field or adopting a prescriptive position. This proposal is a starting point, "done in pencil", in an effort to be the start of a debate which can be redefined, as its progress, as often as necessary.

Figure 1 – Theoretical Approach to the Social Management.



Source: Elaborated by the authors.

An intrinsic characteristic of this theoretical approach is its dialectics. According Konder (2006, p. 8), "in the modern sense [...] dialectic[...] is the way we think about the reality contradictions, the way we understand the reality as essentially contradictory and in constant change". It is noticed that Social Management, as presented, moves on the opposite direction (in contradiction) of the hegemonic system, and also may have a latent potential of changing the perception of the world.

However, it is still suggested in the Tenório's line (2012), that this dialectic is inserted in the perspective of Negative Dialectics, proposed by Adorno (2009).

The negative dialectics is an ongoing effort to avoid false syntheses and to distrust the definitive proposals to solve problems, rejecting all the systemic and totalizing view of society. Thus, the negative dialectic never conforms to the status quo, representing an ongoing effort to overcome the routinized everyday reality; it is a permanent movement of the reason, in order to redeem the past repressed dimensions and the dimensions not implemented in the present, transferring them to a future, in which the limitations no longer exist. So, in Adorno's dialectic, the concept of theory refers to a better future, referring to the practice dimension (PAES-DE PAULA, 2008, p. 7-8).

Therefore, in presenting this theoretical approach to contribute to the construction of the theoretical foundations of Social Management, we have the contradictory as a starting point: strategic management *versus* Social Management.

In dialectical logic, the concept is a moment as any other one. In this moment, its mediation by non-conceptual survives thanks to its meaning, which is based, in turn, in a being-concept. The concept is characterized by its relationship with the non-concept - and, finally, according to the theory of traditional knowledge, all and any

definition of concepts lacks non-conceptual moments, deictic - as much as, on the other hand, because it distances itself from the ontic as an abstract unit from *onta* included in it. Changing this conceptuality, drive it to non-identical, is the crucial point of negative dialectics (ADORNO 2009, p. 19).

According to Adorno (2009, p. 302), "the negative dialectics calls for self-reflection of thinking, then it implies demonstration that thought also needs, to be true, today anyway, thinking against itself".

Thereby, we classify this proposal as a starting point which aims to contribute to the construction of the theoretical foundations of Social Management. And which has no pretension of synthesis (negative dialectic), but does a conceptual delimitation of the Social Management social, that requires a non-conceptual moment to be understood as a proposal. That way, Social Management can be defined as a dialectical process of social organization of a democratic public sphere, intersubjective and dialogical, guided by the substantive rational action, from the relationship between self-interest rightly understood and emancipation. Or in other words, a process of collective decision-making, non-hierarchical, based on democracy and on the collective interest of the participants.

FINAL CONSIDERATIONS

The construction of the Social Management field is an action that presents as urgent in the current context of its development. Thinking of a management way antithetical to the strategic management (or traditional management) is not an easy task because of its hegemony in the academy. In fact, since the Management took its first steps, this conception has been built and rebuilt from the called taylorism and its variations.

This first theoretical approach to the Social management, "done in pencil", aims contributing to the construction of the field in a propositional way to the debate within the subject area around the construction of the field.

For future research, it would be fruitful the suggestion of new categories, or new proposals regarding the relationship of the categories presented, or even the contestation of any of them. In this sense, we can continue improving this theoretical approach through new contributions and other views. Another possibility of research is to investigate these characteristics in the organizational practice, in order to contribute to the presented proposal.

REFERENCES

ADORNO, Theodor W. **Dialética negativa**. Tradução: Marco Antonio Casanova; revisão técnica: Eduardo Soares Neves Silva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, 408p.

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala Educacional, 2005. (Série Filosofar)

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária**: alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Perseu Abramo, 2006. (Coleção Brasil Urgente)

BARBACENA, Juliana Martins. Ação Popular e participação política: um diálogo com a teoria democrática de Aléxis de Tocqueville. **Revista Urutágua**, n. 17, p.18-28, dez. 2008/ mar. 2009.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Contribuições conceituais e metodológicas para a avaliação de processos e práticas de Gestão Social a partir das perspectivas da *policy analysis* e da abordagem social da aprendizagem. In Colóquio Internacional sobre Poder Local, 11, 2009, Salvador. **Anais...**, Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 1 CD ROM.

_____; SCHOMMER, Paula Chies. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da Gestão Social? In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 32, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD ROM.

_____; _____. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de lampedusa? In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 3, 2009, Juazeiro/Petrolina. **Anais...**, Juazeiro/Petrolina: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD ROM.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARRION, Rosinha Machado. Gestão social: especificidades e práticas em discussão. In: SILVA, Junquilha Gelson et al. (Orgs.). **Tecnologias de gestão**: por uma abordagem multidisciplinar. Vitória: EDUFES, 2007. v. 2.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FISCHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – uma introdução a uma agenda. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002, p.12-32.

_____; MELO, Vanessa Paternostro. Programa de desenvolvimento e Gestão Social: uma construção coletiva. In: FISCHER, Tânia; ROESCH, Sylvia; MELO, Vanessa Paternostro. **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social**: casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006, p.13-41.

_____ et al. Perfis visíveis na Gestão Social do desenvolvimento. **Revista Administração Pública**, v. 40, n. 5, p.789-808, out. 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Definido Gestão Social. In: SILVA JUNIOR, Jeová Torres; MÂISH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso. **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

GAHYVA, Helga. Tocqueville e Gobineau no mundo dos iguais. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 3, p.553-582, 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/218/21849305.pdf>>. Acesso em 10 set. 2011.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; FISCHER, Tânia; MELO, Vanessa Paternostro. Formação em Gestão Social: Um olhar crítico sobre uma experiência de pós-graduação. *In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 30, 2006, Salvador. **Anais...**, Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD ROM.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003c. (Biblioteca Tempo Universitário, 84: Estudos Alemães).

_____. **Direito e democracia: entre a facticidade e a validade**. 2. ed. Tradução Fábio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a, v. 2 (Biblioteca Tempo Universitário, 102)

_____. **Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 2. ed. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b. (Biblioteca Tempo Universitário, 76)

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. *In: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. Textos escolhidos*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores; 16)

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates et al. Parcerias e redes sociais: a busca pela Gestão Social eficaz - um estudo de caso. *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social*, 3, 2009, Juazeiro/Petrolina. **Anais...**, Juazeiro/Petrolina: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD ROM.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. 8. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 23)

MAIA, Marilene. Gestão social: reconhecendo e construindo referenciais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, a. 4, n. 4, dez. 2005.

MARCUSE, Hebert. **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARX, Karl. **A questão judaica**. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2005.

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MICHAELIS: MODERNO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Emancipar**. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=emancipar>>. Acesso em 13 jan. 2014c.

_____. _____. **Solidariedade**. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=solidariedade>>. Acesso em 13 jan. 2014a.

_____. _____. **Sustentar**. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/sustentar%20_1050275.html>. Acesso em 13 jan. 2014b.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAES-DE-PAULA, Ana Paula. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008. (Coleção Debates em Administração)

PIMENTEL, Mariana Pereira Chaves; PIMENTEL, Thiago Duarte. Gestão Social: Perspectivas, Princípios e (De)Limitações. *In: Encontro de Estudos Organizacionais - EnEO*, 6, 2010, Florianópolis. **Anais....** Florianópolis: ANPAD, 2010. 1 CD ROM.

PIMENTEL, Thiago Duarte et al.. Governança territorial como estratégia de gestão social do desenvolvimento *In: FERREIRA, Marco Aurélio Marques; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; GAVA, Rodrigo (Org.). Administração pública, Gestão Social e economia solidária: avanços e desafios*. Viçosa: UFV, 2011.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Tradução de Mary Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981.

ROUILLARD, Lucie Technology and simulation: for a participative democracy in the Era of New Public Management. **International Review of Administrative Sciences**. v. 65, n.3, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHOMMER, Paula Chies; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA**, Salvador, v.1, n.1, p.203-226, jun./nov. 2010.

SERVA, Maurício. A racionalidade Substantiva Demonstrada na Prática Administrativa. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 37, n. 2, abr./jun. 1997.

SILVA JUNIOR, Jeová Torres et al. Introdução. *In: SILVA JR, Jeová Torres; MÂISH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies. Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o conceito de Gestão Social. *In: SILVA JUNIOR, Jeová Torres et al. Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008c.

_____. A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs). **Revista Administração Pública**, v.40, n.6, dez., 2006.

_____. Gestão social, um conceito não-idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento *In* CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; SILVA JUNIOR, Jeová Torres (Orgs.). **Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.

_____. **Tem razão a administração?** 3. ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008a.

_____. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado**. 3. ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008b.

_____; SARAVIA, Henrique J. Escorços sobre gestão pública e Gestão Social. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna. **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América**. Traduzido por José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. (Biblioteca do Exército; 699. Coleção General Benício; v. 341).

TOURRAINE, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. 3. ed. rev. São Paulo: UNESP, 2005. (Coleção Maurício Tragtenberg)

Artigo recebido em: 27/08/2014

Artigo aprovado em: 17/10/2014